



# Soja e carne bovina na América do Sul disparam na era da Covid-19

Foto: Alamy





# Conteúdo

---

- Queimadas ameaçam Amazônia mais uma vez | 4
  - O que aprendemos com o passado?
- China compra carne brasileira ligada a risco de desmatamento | 6
- Vídeo da WWF ligando consumo ao desmatamento revolta chineses | 10
  - Investigação liga JBS a 'lavagem de gado' | 14
- Coronavírus dificulta abastecimento global de carne | 16
  - O turbulento processo para que os frigoríficos | 19  
brasileiros exportem carne à China
- China quer qualidade e quantidade no seu setor de alimentos | 24
- Pico da Covid-19 coincide com temporada de exportação da soja | 27
- Argentina aposta em neutralidade de carbono para não perder mercados | 29
- Falta transparência ao plano de rastreamento de gigante da soja chinesa | 32

# Mensagem da Editora:

---

Com mais de dez milhões de casos confirmados e cinco dos países latino-americanos entre os mais atingidos pela COVID-19 no mundo, a pandemia tem causado um impacto devastador nas populações e economias da região.

As medidas de isolamento social e a menor disponibilidade de determinados bens e serviços devem levar o PIB regional a se contrair em 8,1% em 2020. De acordo com o FMI, não se espera que a América Latina volte aos níveis de crescimento pré-coronavírus até 2023.

Surpreendentemente, o Brasil, que responde por quase metade de todos os casos da COVID-19 na região, deve sofrer menos do que seus vizinhos, pelo menos em relação a indicadores macroeconômicos brutos (-5,1%).

Um dos motivos é que a economia brasileira tem sido impulsionada por vendas recordes de soja e carne bovina para a China. Em junho, as exportações de soja do Brasil para a China aumentaram 91% em relação ao mesmo mês do ano anterior, superando pela primeira vez dez milhões de toneladas. A carne bovina também se movimentou em volumes recordes entre os dois países. As vendas do primeiro semestre de 2020 aumentaram 50% em relação ao mesmo período do ano passado.

E não se trata apenas do Brasil. Este ano, a Argentina deve manter as 800.000 toneladas

de carne bovina que enviou à China no ano passado, apesar dos desafios impostos pela pandemia.

Numa época sem precedentes, as exportações de soja e carne bovina da América do Sul para a China prosperaram notavelmente à medida que os efeitos negativos do coronavírus interagem com as tentativas de resolução das tensões comerciais EUA-China e com a recuperação das populações de suínos chineses atingidos pela febre suína africana. Ao mesmo tempo, no entanto, o desmatamento e a degradação provocados pela soja e carne bovina são um problema persistente.

Os incêndios na Amazônia brasileira aumentaram 13% nos primeiros nove meses de 2020. O número de queimadas de agosto e setembro foi maior do que o do mesmo período em 2019, quando a situação provocou uma forte indignação internacional. O delta do rio Paraná, na Argentina, foi incendiado a um nível nunca testemunhado, uma vez que as florestas vêm dando lugar a um desenvolvimento industrial sem planejamento.

Com a contínua perda florestal relacionada às commodities, o Diálogo Chino apresenta uma série especial de artigos que avalia o impacto do coronavírus nas cadeias de produção de soja e carne bovina da América do Sul e que desmistifica e analisa aspectos menos conhecidos de um comércio

surpreendentemente resiliente - e muitas vezes obscuro.

Os artigos da série: identificam novos focos de desmatamento na Amazônia brasileira e localizam frigoríficos licenciados para exportar para a China; examinam a exposição dos importadores ao risco de desmatamento; explicam o processo de habilitação de novas fábricas para a exportação; e questionam a sustentabilidade tanto dos fornecedores brasileiros quanto dos compradores chineses.

Igualmente importante, a série analisa desdobramentos políticos na China, já que o país tem investido no avanço de sua independência comercial de grãos. Compreender os hábitos dos consumidores chineses é fundamental para fomentar a sustentabilidade. Observamos os esforços da Argentina para neutralizar o carbono das exportações agrícolas e relatamos suas tentativas inábeis de atrair consumidores de carne bovina, cuja demanda é responsável pela destruição da maior floresta tropical do mundo.

Com a previsão de a demanda chinesa por soja e carne bovina permanecer alta, a agricultura no Brasil e na Argentina continuará a desempenhar um papel importante na recuperação econômica pós-coronavírus. Mas uma análise atenta dos atores e das instituições que podem transformar esse comércio é vital para contribuir com a saúde das economias e ecossistemas da América do Sul. Esperamos que os artigos desta série forneçam isto.

**Isabel Hilton**  
fundadora e editora do **Diálogo Chino**





Brigada de incêndio do Ibama tenta controlar um foco de incêndio na Amazônia, perto de Apuí, no estado do Amazonas, no início de agosto. Foto: Ueslei Marcelino/Reuters

[Manuela Andreoni](#)

## Queimadas ameaçam Amazônia mais uma vez. O que aprendemos com o passado?

Dados iniciais indicam que a temporada de queimadas deste ano será pior do que a de 2019, que scandalizou o mundo. Como os investidores internacionais estão lidando com a questão?

A temporada de queimadas da Amazônia deste ano já começou quebrando recordes. Apenas em julho, houve 27% mais queimadas na parte brasileira da maior floresta tropical do mundo em comparação com o ano passado, quando imagens de árvores em chamas comoveram o mundo. E os números só aumentam.

As queimadas se tornaram uma marca indesejada do governo de extrema-direita do presidente Jair Bolsonaro, que assumiu o cargo em 2019. Embora o Brasil tenha investido milhões no combate

a queimadas na Amazônia desde o ano passado, a raiz do problema permanece intocada.

As queimadas normalmente acompanham o desmatamento na Amazônia, um problema que o governo de Bolsonaro tem evitado combater. Bolsonaro se recusou a fortalecer as agências de proteção ambiental do país enquanto partes cada vez maiores da floresta se tornavam pastagens e pontos de mineração ilegal.

A temporada de queimadas chega em um momento

em que as exportações de soja e carne bovina brasileiras estão em alta, aumentando a preocupação de investidores estrangeiros e líderes empresariais de que eles estão lucrando com a destruição da Amazônia.

Ao mesmo tempo, o Brasil está se esforçando para mudar a narrativa em torno da crise. “Essa história de que a Amazônia arde em fogo é uma mentira”, disse o presidente Bolsonaro em uma reunião recente. A temporada deste ano, contudo, atrai atenção mais uma vez para os graves problemas ambientais do Brasil.

### **O QUE MUDOU NA TEMPORADA DE QUEIMADAS DESTES ANOS?**

A maior diferença este ano é que há mais madeira para queimar.

Quando líderes políticos e empresariais do mundo todo expressaram indignação quanto à inabilidade brasileira de acabar com as queimadas na Amazônia, o ex-capitão do Exército Bolsonaro agiu da única maneira que sabia: enviou os militares.

Os dados sugerem que os militares ajudaram a mitigar as queimadas nos meses seguintes, mas não foram além disso. Eles não interromperam o desmatamento, que seguiu aumentando, e não levaram os responsáveis à Justiça. Isso significa que, este ano, os fazendeiros e grileiros estão livres para queimar toda a floresta que queriam desmatar no ano passado, além de todas as árvores que já derrubaram desde então.

Um estudo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) calcula que cerca de 9.062 quilômetros quadrados de floresta desmatada foram abandonados para as queimadas em agosto deste ano. Se apenas 60% dessas árvores pegarem fogo, a temporada deste ano será tão ruim quanto a do ano passado. Se tudo queimar, contudo, pode haver uma “calamidade sanitária sem precedentes” na região, intensificando os efeitos da Covid-19, afirma o Ipam.

### **A INDIGNAÇÃO MUNDIAL DO ANO PASSADO FEZ ALGUMA DIFERENÇA?**

Sim, mas não houve mudanças significativas em políticas públicas e nas margens de lucro do agronegócio.

## **2023**

é o ano em que a Cofco, a maior comercializadora de grãos da China, promete dar transparência total à sua cadeia de suprimentos de soja

Investidores do Brasil e do exterior reagiram com veemência à incapacidade do governo de controlar o desmatamento e as queimadas. As ligações entre a destruição ambiental e as cadeias de abastecimento dos principais nomes do agronegócio também foram questionadas.

O Brasil proibiu queimadas na Amazônia após um grupo de investidores globais expressar preocupação com o desempenho ambiental do país — uma medida com pouco potencial de surtir efeito, já que boa parte das queimadas já era ilegal.

No entanto, a inação por parte do governo levou a Nordea Asset Management, braço de investimento do maior grupo de serviços financeiros da Europa, a abandonar a JBS, maior produtora de carnes do mundo, em julho. O HSBC também alertou os investidores sobre o risco de investir na JBS, argumentando que a empresa não conseguia monitorar sua própria cadeia de abastecimento em busca de conexões com atividades ilegais. A chinesa Cofco, uma das maiores tradings do Brasil, prometeu tornar sua cadeia de abastecimento de soja totalmente rastreável até 2023.

Ainda assim, há poucos indícios de que os investidores tenham retirado quantias significativas de dinheiro do Brasil por causa de questões ambientais, e as exportações de produtos agrícolas estão crescendo, mesmo com o aumento das evidências sobre suas ligações com o desmatamento ilegal.

Embora a imprensa chinesa reconheça o aumento do desmatamento na Amazônia nos últimos meses, os investidores e líderes empresariais chineses não reproduziram as ameaças de empresas americanas e europeias de desinvestir seus ativos brasileiros, caso nada seja feito para mitigar a questão.

Uma ação desse tipo por parte da China poderia ter consequências importantes, afirmam pesquisadores, já que a indústria de carne bovina brasileira depende cada vez mais de compradores chineses. Muitos agricultores acreditam que, se as empresas europeias os boicotarem, eles podem simplesmente compensar suas perdas voltando-se para o mercado chinês.

Até agora, as autoridades chinesas evitaram se posicionar contra o aumento do desmatamento no Brasil. Durante a temporada de queimadas do ano passado, o segundo diplomata mais importante da embaixada chinesa no Brasil elogiou as leis ambientais do país. E, em uma coletiva de imprensa no início deste ano, diplomatas chineses ignoraram as

tentativas dos jornalistas de obter comentários sobre o desmatamento na Amazônia.

Suely Araújo, chefe do Ibama até ano passado, afirmou que a pressão internacional no fim dos anos 1990 esteve por trás da lei brasileira mais importante contra crimes ambientais.

“Se há uma maneira de este governo melhorar suas políticas públicas nessa questão, é por meio de pressão internacional”, ela afirmou.

### O QUE O GOVERNO FEZ DIFERENTE DESDE O ANO PASSADO?

O governo brasileiro colocou os militares a cargo da proteção da Amazônia, uma medida que ambientalistas afirmam ser muito mais cara e menos efetiva do que fortalecer as agências ambientais.

O governo gastou cerca de R\$ 60 milhões por mês nessa força-tarefa militar, apenas um pouco menos do que o orçamento anual do Ibama para fiscalização.

No entanto, atirar dinheiro na direção do problema, não deu certo até agora. O desmatamento continua aumentando e menos crimes ambientais têm sido denunciado. O governo brasileiro também puniu diversas vezes agentes do Ibama por cumprirem suas obrigações, demitindo o diretor de Proteção Ambiental do Ibama após uma operação massiva contra a mineração ilegal.

“Militarizar o controle do desmatamento não é eficiente”, afirma Araújo. “Eles não têm a expertise.”

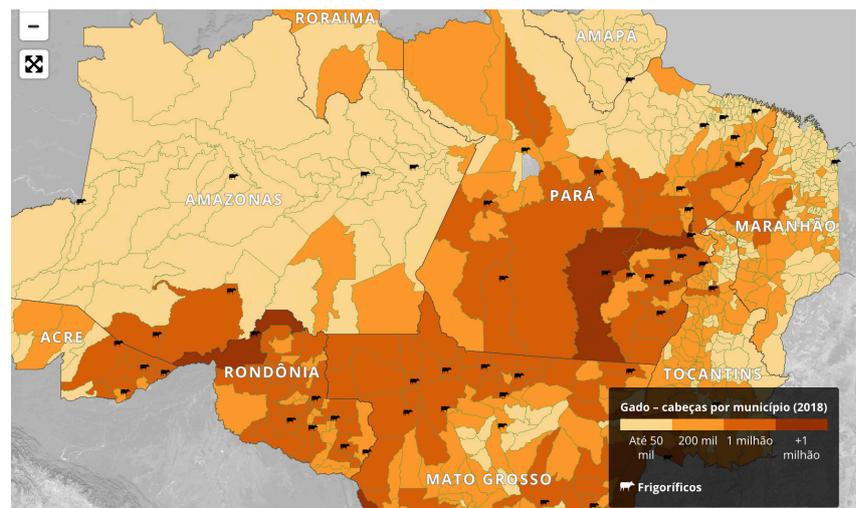
[Gustavo Faleiros](#)

## China compra carne brasileira ligada a risco de desmatamento

### 22,7 mil hectares de florestas derrubadas em 2017 podem ser ligadas à demanda chinesa por carne brasileira

Apesar de ser uma das cidades mais importantes da Amazônia brasileira, Porto Velho ainda tem ares de vila. No centro urbano do coração do estado de Rondônia, não se vê muito trânsito, e o comércio ainda é tímido. A população cresce lentamente. Em uma década, passou de 428 mil para os atuais 530 mil habitantes.

Há, no entanto, outra população que cresce em ritmo bem mais acelerado: a de bovinos. Apesar de bois e humanos terem começado a década em patamares próximos, Porto Velho tem hoje duas cabeças de gado



para cada habitante.

O cenário se repete por toda a Amazônia. Dados do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a região norte do país, onde a maioria dos estados do bioma se concentra, teve

o maior crescimento de cabeças de gado do país. Foi um crescimento de 22%, comparado a 4% na média do país, como mostra o novo mapa da pecuária no Brasil produzido pela parceria entre Infoamazonia e Diálogo Chino.

O motor é a demanda. Com mais dinheiro no bolso, famílias mundo afora — principalmente em países em desenvolvimento — consomem cada vez mais carne.

A China, destino final de mais de um terço da carne produzida em Porto Velho, é exemplo disso. Na última década, o país passou a consumir 30% mais carne. Por mais que o chinês médio ainda consuma quase dez vezes menos carne do que o brasileiro, o tamanho do país significa que os hábitos de consumo de seus habitantes têm um impacto tremendo.

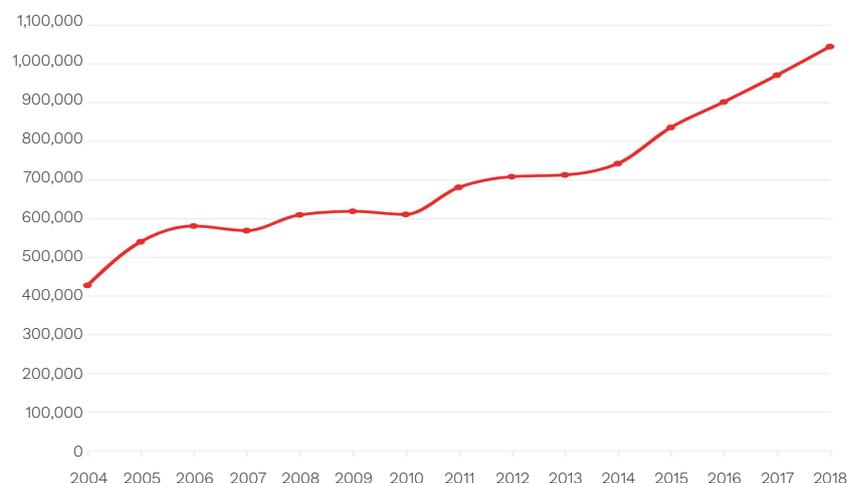
O maior consumo de carne no mundo trouxe prosperidade aos fazendeiros de Rondônia. Exemplo disso é Adélio Barofaldi, CEO do grupo empresarial Rovema, que tem a maior cadeia de concessionárias de caminhões e automóveis do estado e investe no setor de energia e pecuária. Atualmente, Barofaldi é o presidente da Associação dos Proprietários Rurais de Rondônia (Appro).

“Nós somos o quinto maior produtor de carne do Brasil, com 70% de área preservada”, disse orgulhoso o pecuarista, em seu escritório em Porto Velho.

Mas seu mercado também tornou-se um poderoso motor do desmatamento



### Rebanho bovino em Porto Velho (2004-2018)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

— Rondônia foi um dos estados mais atingidos pelas queimadas deste ano. Quanto mais bem-sucedidos os pecuaristas locais, maior o valor da terra com pastagens na região — um incentivo certo para que grileiros transformem mais floresta tropical em pasto.

Este processo desordenado de ocupação de terras afeta unidades de conservação, terras indígenas e até mesmo o Amazonas, estado vizinho a Rondônia. Na região sul amazonense, principalmente no distrito de Santo Antônio

do Matupi e no município de Apuí, ocorre um avanço da fronteira agropecuária atrelado à grilagem de terras, ao roubo de madeira e à abertura de pastos com queimadas ilegais. A este ciclo, pesquisadores e ambientalistas têm chamado de “rondonização”.

De acordo com a última Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) feita pelo IBGE, em apenas quinze anos, o rebanho bovino de Porto Velho cresceu 145%. Em 2018, havia 1,04 milhão de cabeças de gado, contra 426,4 mil em 2004.

Hoje, a capital de Rondônia é o município com o terceiro maior rebanho na Amazônia Legal e o quinto em todo o Brasil.

Porto Velho foi indicado como o lugar com maior risco de desmatamento em toda a cadeia de suprimentos da carne no Brasil.

## TRANSPARÊNCIA NA CADEIA

A iniciativa Trase, um consórcio de pesquisadores dedicado a estudar o impacto das commodities, indicou em seu mais novo relatório — *Mapping the deforestation risk of Brazilian beef export* — que a exportação anual de carne bovina brasileira, estimada em 1,4 milhão de toneladas, gera um desmatamento entre 65 mil e 75 mil hectares.

Desse total, 22 mil hectares foram atribuídos a exportações feitas à China, sendo que grande parte (18 mil hectares) se deve a cargas enviadas a Hong Kong, principal destino da carne produzida no Brasil.

O relatório explica que a maior parte das derrubadas — 52% — ocorre na Amazônia. Por esta razão, as importações feitas através de Hong Kong estariam

mais expostas ao risco de desmatamento. Já a China continental, por obter a maior parte de seu suprimento a partir de frigoríficos no Cerrado, tem em suas importações um rastro menor de possíveis desmatamentos.

Desde 2015, quando as autoridades sanitárias do governo chinês aprovaram a entrada de carne brasileira depois de uma proibição que durou anos, os negócios dispararam. Somando a importação por Hong Kong e China continental, o país responde por 38,2% das vendas dos frigoríficos brasileiros. Recentemente, 17 novos frigoríficos foram aprovados pelas autoridades chinesas para fornecer carne ao país, mais da metade deles na Amazônia.

“A China é o maior mercado. Com certeza, eles estão expostos (ao risco do desmatamento)”, afirma Erasmus zu Ermgassen, pesquisador da Universidade de Louvain (Bélgica), que trabalha como investigador na Trase.

Ele conta que, para criar o índice de risco de desmatamento, a equipe de pesquisa analisou os contratos de importação de anos anteriores (2015 a 2017) para identificar os frigoríficos de origem das exportações. Com esta informação, foi feito um cruzamento com os dados do desmatamento em nível municipal, levando em conta as áreas de florestas convertidas em pastagens e o raio de atuação dos frigoríficos.

Embora as análises dos dados mais recentes estejam ainda em andamento, Ermgassen diz que não há

qualquer sinal de as coisas terem melhorado. Por isso, a análise dos anos anteriores pode ser considerada um indicador do quanto de desmatamento existe na atual produção de carne para exportação na Amazônia, incluindo o nome das empresas, das traders e, os países importadores.

O pesquisador tem esperança de que o setor privado adote o indicador da Trase, já que ele tornou possível traduzir as pressões sobre a floresta em números:

“Com esta análise, estamos mostrando que é possível saber quanto desmatamento existe dentro de cada carga exportada”.

Mesmo com a alta correlação entre as exportações de carne e o desmatamento, as companhias chinesas não parecem atentas a isso.

No início do ano, a Trase já havia identificado empresas chinesas com grande potencial de influenciar o mercado brasileiro. Mas uma pesquisa nos sites das empresas não revela qualquer menção a ações de sustentabilidade. Enquanto algumas poucas descrevem preocupações com as questões sanitárias e a poluição, nenhuma parece estar atenta às ameaças contra as florestas.

## FERRAMENTAS DE MONITORAMENTO

Já há uma década, investigações lideradas pelo Ministério Público Federal mostram os elos entre o setor de carnes e grilagem, queimadas e desmatamento.



Gado confinado em frigorífico da JBS no estado do Pará  
Foto: Fábio Nascimento

Com isso, as companhias de maior exposição assumiram compromissos de regulamentar o setor.

A partir de 2009, o programa Carne Legal estabeleceu TACs (Termos de Ajustamento de Conduta) para forçar os frigoríficos a cumprirem as exigências de rastreamento de todo o ciclo de vida do gado. Além disso, naquele mesmo ano, o Greenpeace conseguiu fazer com que os quatro maiores produtores de carne no país se comprometessem a promover o desmatamento zero na cadeia produtiva.

Porém, todos estes instrumentos não parecem suficientes. Mesmo com os acordos da carne cobrindo 80% das exportações, a rastreabilidade completa da cadeia do gado ainda não está garantida.

Recentemente, os pesquisadores que acompanham o setor, como o Imazon e o Greenpeace, apontaram a redução da transparência, com dificuldades para acessar guias de transporte de gado na base do governo federal, bem como as atualizações nos sites criados pelas próprias empresas.

O principal problema, apontado tanto pelas empresas quanto pelos produtores e pesquisadores do setor, é a elevada mobilidade dos rebanhos. Em parte, a natureza do negócio inclui os novilhos que são paridos em uma fazenda e engordados em outras antes de chegarem ao abatedouro e, finalmente, ao frigorífico. Mas, em muitos

casos, já foi comprovada a prática de triangulação para legalizar o rebanho que, em algum momento, ocupou pastos crescidos em áreas de desmatamento ilegal.

Paulo Barreto, pesquisador do Imazon que, há décadas, acompanha a pecuária na Amazônia, aponta que falta aos produtores e ao governo a vontade de operacionalizar um sistema que permita a rastreabilidade total. Existe uma vantagem econômica em manter uma parte dos rebanhos invisível nos sistemas de controle.

Ele não tem dúvidas de que existe uma conexão direta entre a demanda chinesa e o aumento do desmatamento. “Neste sistema cheio de buracos, qualquer demanda adicional gera risco”.

Alguns compromissos foram assumidos, pelo menos no papel. Em 2017, a Chinese Meat Association, que representa 40 importadores de proteína animal na China, assumiu um compromisso, mediado pela ONG WWF, determinando esforços para diminuir o impacto sobre as florestas tropicais.

### **PECUARISTAS RESISTEM ÀS CRÍTICAS**

Barofaldi, o pecuarista, insiste que é necessário contar a “verdade sobre a Amazônia” — que, para ele, diverge das manchetes alarmantes sobre queimadas, que apareceram nos jornais do mundo todo.

Segundo ele, existe um equívoco em criminalizar o desmatamento, já que a legislação brasileira permite a retirada da vegetação de 20%



*Adélio Barofaldi diz que as pessoas precisam contar “a verdade” sobre a carne e o desmatamento*  
Foto: Fábio Nascimento

da área das propriedades rurais na Amazônia.

“A fotografia (por satélite) não mostra se o desmatamento é legal ou ilegal”, diz.

Barofaldi diz haver uma área de 500 hectares em sua fazenda que não vai desmatar. Segundo ele, se o fizer agora, corre o risco de ser criminalizado.

O produtor admite, no entanto, que é preciso melhorar a eficiência da pecuária, com manejo de pastagens e intensificação da produção.

Na Amazônia, a média de cabeças de gado por hectare ainda é baixa: apenas um boi por hectare. Mas esse número precisa ser melhorado e a meta, explica o produtor, é ter sete a oito cabeças por hectare.

A tendência em Rondônia é a chegada de mais tecnologia, como cercas elétricas e a recuperação de pasto degradado, para a produção de gado e grãos para exportação.

“Seria possível dobrar o tamanho do rebanho em Rondônia sem mais desmatamento”, ele diz. 🇧🇷

# Vídeo da WWF ligando consumo ao desmatamento revolta chineses

“Por que um filme concebido para defender a certificação sustentável foi alvo de tanta indignação online?”, pergunta Wang Chen

No dia 21 de março, Dia Internacional das Florestas, a WWF divulgou um vídeo curto sobre a conservação das florestas de todo o mundo que acabou desencadeando protestos raivosos nas redes sociais da China. No dia seguinte, o vídeo foi retirado do ar pelos criadores.

O filme de cinco minutos é fruto de um esforço conjunto entre a PaperClip, um grupo especializado em filmes educativos, e a WWF. Ele mostrou que a pecuária e o cultivo de soja estavam destruindo as florestas da região amazônica, em uma tentativa de encorajar os consumidores a escolherem produtos com certificação sustentável. O problema é que o vídeo ligou as compras de produtos como carne, ovos e leite na China ao desmatamento, o que levou alguns a afirmarem que seu objetivo era “insultar a China”.

Essa não é a primeira vez que defender o consumo ecológico e sustentável repercute de forma negativa na China. Os mercados chineses têm tido um impacto cada vez maior no meio ambiente global. Portanto, os esforços para moldar um padrão de consumo mais sustentável



Gado em áreas desmatadas para pastagem na Amazônia  
Foto: Alamy

no mundo acabam navegando pelos terrenos pantanosos da opinião online, além de esbarrarem no nacionalismo e no “direito ao desenvolvimento”.

## **CARNE E DESMATAMENTO: ‘INSULTAR A CHINA’?**

O vídeo recebeu um título provocador: *Como Destruir Rapidamente as Florestas do Mundo*. Ele foi questionado pela primeira vez no Bilibili, com, um portal de streaming de vídeos bastante popular entre os jovens chineses. A PaperClip é conhecida na China por produzir conteúdo de ciência e tecnologia. No dia 2 de fevereiro, ela lançou outro vídeo muito popular: *Tudo que Você Precisa Saber Sobre o Coronavírus*, disponibilizando informações

detalhadas e precisas sobre a epidemia. Ele foi assistido mais de 100 milhões de vezes. Apenas sete semanas depois, a empresa foi atacada pelo vídeo que defendia a proteção das florestas.

O filme começa descrevendo como a atividade humana vem prejudicando as florestas ao longo das últimas duas décadas. Ele cita um documento da WWF lançado em 2015, o *Relatório Florestas Vivas*, que liga a produção de carne bovina e de soja à destruição da floresta amazônica. Também descreve a cadeia global de produção e consumo como a “mais eficiente máquina de eliminar florestas” e aponta o papel dos mercados chineses nisso tudo. Segundo a narração: “O Brasil não tem

como cultivar menos soja, porque precisa vender para o maior comprador do planeta: a China”. O filme também discute outras commodities associadas ao desmatamento: “A produção, o comércio e o consumo de óleo de palma, borracha, madeira e papel geram impacto nas florestas de lugares como Sumatra e Kalimantan”. Por fim, o vídeo pede para as pessoas escolherem produtos com certificação sustentável para que não contribuam com o desmatamento, mesmo que de forma involuntária.

Em apenas 24 horas, o vídeo gerou uma onda enorme de reações negativas que acabou se espalhando por outras redes sociais, como a Weibo.

Todos os ataques focaram na mesma pergunta: seria justo ligar o consumo de carne, leite e ovos na China com a destruição da floresta amazônica? “Faz poucos anos que temos carne para comer, e fomos nós que prejudicamos o planeta?”, perguntou um dos comentaristas online. Muitos contrastaram o consumo per capita de carne da China com o dos Estados Unidos, onde as pessoas consomem o dobro da quantidade de carne, e quase sempre, carne bovina, que tem uma pegada de carbono muito maior, se comparada à carne suína, que é a preferida dos chineses.

A ira, porém, não parou por aí. Alguns questionaram a política da PaperClip, após vasculharem os vídeos antigos da empresa e encontrarem alguns em que Taiwan não estava claramente visível em supostos mapas da China. Outros apontaram o



[https://youtu.be/\\_uti4RZPHeE](https://youtu.be/_uti4RZPHeE)



Escaneie o código para assistir em seu celular

fato de que as certificações sustentáveis são pagas; logo, seriam todas meramente comerciais.

A PaperClip decidiu retirar o vídeo do ar e emitir uma declaração afirmando que o vídeo não havia atribuído culpa à China. Também disse que os usos do pronome “nós” não se referiam ao povo chinês, mas à humanidade como um todo.

### QUEM MUDA PRIMEIRO?

Jian Yi, diretor do documentário *What's for Dinner* [O que tem para o jantar?, em tradução livre] e fundador da Good Food Academy, uma organização do terceiro setor, disse ao *China Dialogue* que os defensores do meio ambiente precisam evitar “imputar responsabilidade a grupos específicos” porque isso “sempre vai incomodar alguém”.

Essa não é a primeira polêmica que acontece na internet depois que alguém exige que os chineses consumam menos carne.

Em março de 2019, a organização internacional WildAid lançou a campanha *Less Meat is My New Dish* [Meu novo prato é menos carne, em tradução livre], pedindo uma diminuição no consumo de carne para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. A campanha contou com estrelas do cinema chinês, cujos rostos estamparam as mídias online e os pôsteres em metrô e aeroportos.

Os anúncios foram logo questionados pelos formadores de opinião do mundo virtual. Em um post na Weibo, que acabou sendo apagado, o famoso blogueiro de divulgação científica, Future Man, perguntou: “Por que os americanos, comedores de carne que têm uma emissão per capita de carbono bem mais alta do que a nossa, estão sempre falando que os chineses precisam comer menos carne suína?”. Ele também apontou que a WildAid é uma organização americana, portanto tem “outras motivações”. O portal de notícias Guancha.cn também engrossou o coro, com um artigo perguntando: “O que essa organização internacional

estava pensando quando decidiu pedir para os chineses comerem menos carne para proteger a Terra?”. O artigo descreveu os anúncios como “repulsivos”.

As empresas que usam a saúde e o meio ambiente como argumentação de vendas também foram parar nesse campo minado. Em 8 de janeiro, o jornal *The New York Times* publicou um artigo sobre alternativas à carne na China. Lá, está citada uma frase de Pat Brown, presidente da *Impossible Foods*, empresa produtora de “carne” vegetal: “Toda vez que alguém come um pedaço de carne na China, uma pequena nuvem de fumaça se levanta no céu da Amazônia”. As mídias nacionalistas do país, como a *Global Times* e o *Guancha.cn*, reclamaram que as responsabilidades ambientais dos Estados Unidos estavam sendo transferidas para os ombros da China.

Fang Kecheng, professor assistente da Escola de Jornalismo e Comunicação da Universidade Chinesa de Hong Kong, disse que esse clima vai perdurar. No passado, o nacionalismo chinês ficava restrito a websites e fóruns de discussão; os participantes eram sempre os mesmos e o alcance era limitado. Agora, porém, o foco dos portais está em gerar mais tráfego, então tudo mudou. “Há muito dinheiro a ser ganho com teorias da conspiração”, afirmou Fang, acrescentando que um grande número de contas está indo atrás de tópicos nacionalistas que têm boa repercussão entre o público.

## DEPENDÊNCIA DO AGRONEGÓCIO INTERNACIONAL

Desde 1961, o consumo de carne per capita na China aumentou 17 vezes. Apesar do consumo médio de carne em 2017 ter alcançado 61 kg por pessoa, na Europa esse valor chegou a 83 kg e, nos Estados Unidos, 124 kg, segundo dados da ONU.

A média chinesa, no entanto, encobre algumas diferenças de classe e das populações urbanas/rurais do país. Em 2016, o Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento, do Conselho de Estado da China, previu que o consumo de carne entre a população urbana da China alcançaria seu pico em 2022, chegando a 85 kg por pessoa. Enquanto isso, na China rural, o pico só deve acontecer em 2030. Então, apesar de alguns chineses estarem comendo carne em quantidade semelhante aos europeus, outros estão consumindo menos do que gostariam.

Curiosamente, apesar do crescimento do consumo de carne na China, esse consumo está se estabilizando ou mesmo caindo nos Estados e na Europa, devido a questões climáticas, de saúde e de meio ambiente. Por exemplo, no ano passado, nos supermercados do Reino Unido, as vendas de carne bovina caíram 4% e as de carne suína, 6,4%, enquanto as de alternativas “sem carne” cresceram 18%, o maior crescimento de qualquer categoria.

Alguns problemas de saúde, como pressão alta e obesidade, que têm ligação

com o consumo de carne, também estão chamando atenção na China. A Sociedade de Nutrição da China publicou diretrizes nutricionais, em 2016, recomendando uma ingestão anual de carne entre 14,6 kg e 27,4 kg por pessoa — valores menores do que a atual média nacional.

A produção de carne estressa recursos hídricos e o solo, agrava as mudanças climáticas e torna a humanidade mais vulnerável a elas. Em 2019, um importante relatório do Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas da ONU pediu uma redução no consumo de carne em todo o mundo.

Em 2017, a China consumiu mais de 89 milhões de toneladas de carne, o que corresponde a mais de um quarto do consumo global. O país produz a maior parte da carne que consome, mas a sua alimentação animal depende de insumos importados — 90% do farelo de soja que utiliza é importado. Em 2017, a soja importada pela China correspondeu a mais de um quarto do consumo global. Alguns economistas agrícolas afirmaram que, no momento, as terras aráveis do país não conseguem produzir todo o farelo de soja de que necessitam para abastecer a indústria pecuária, então, de certa forma, a China também “importa” terra arável. Os chineses são autossuficientes em alimentos básicos, mas dependem fortemente do agronegócio internacional para obter forragem e conseguir atender à demanda interna por carne, ovos e leite.

Em um relatório publicado em

2016 sobre o desenvolvimento de baixo carbono na China, o Tsinghua-Brookings Center disse que o padrão típico de consumo dos Estados Unidos, caracterizado por uma maior intensidade de carbono, não deve ser o objetivo da sociedade chinesa, e que construir uma sociedade ecológica significa reformular os sistemas de energia e de consumo para encontrar um modo de consumo mais moderado e de alta qualidade.

A forte dependência chinesa da importação de produtos primários significa que o país exerce grande influência sobre as cadeias de suprimentos do mundo. Essa influência pode produzir efeitos positivos e com grande alcance se, por exemplo, o país buscar assegurar que a comida que chega às mesas chinesas não é ligada ao desmatamento em outros países.

### **TORNANDO-SE UM CRIADOR DE NORMAS VERDES**

Nos debates que foram provocados pelo vídeo, o sentimento nacionalista foi inflamado mais uma vez por um assunto antigo — o direito ao desenvolvimento dos países menos desenvolvidos. Mas em questões como as mudanças climáticas, a China já superou esse tipo de sentimento.

Há onze anos, o governo chinês recebeu louvor público por defender o direito ao desenvolvimento durante as discussões climáticas em Copenhague, quando a alocação de responsabilidade pela redução das emissões de carbono foi discutida. Na época, era muito comum ouvir teorias da conspiração

que diziam que as mudanças climáticas não eram causadas pelo homem e que os países ocidentais estavam apenas usando isso para restringir o crescimento da China. Quando Chai Jing, apresentador do programa de entrevistas *Face-to-Face* da CCTV, perguntou a Ding Zhongli, consultor científico para a delegação chinesa em Copenhague, sobre a razoabilidade da redução das emissões, sua resposta foi: “Mas os chineses são seres humanos também, não são?”.

Desde então, a China parou de defender o seu direito ao desenvolvimento e de manter uma atitude passiva diante das políticas climáticas internacionais, e se tornou uma participante ativa no planejamento climático global. Segundo a jornalista ambiental Li Jing, desde 2011, várias prioridades da política nacional da China — assegurar segurança energética, lidar com a poluição do ar e responder às mudanças nos mercados internacionais de energia — alinharam-se com uma postura mais ativa do país nas questões relacionadas às mudanças climáticas. O 12o Plano Quinquenal da China (2011-2015) emitiu sinais positivos.

Em 2014, a China se comprometeu publicamente a alcançar o pico das emissões até 2030 e ajudou a criar o Acordo de Paris. Li escreveu: “O debate na mídia sobre o direito de emissão e o direito ao desenvolvimento foi morrendo aos poucos, e os que espalhavam teorias da conspiração se calaram. Os questionamentos sobre a realidade científica das mudanças climáticas praticamente desapareceram

da mídia chinesa”.

Os autores do relatório do Tsinghua-Brookings Center escreveram: “Se a China quiser alcançar as suas metas relacionadas ao pico das emissões, é preciso transformar a cultura de consumo”. Eles também explicaram que “transformar o consumo” não significa sacrificar a economia em prol do meio ambiente, mas promover um crescimento econômico mais estável e transformar a estrutura industrial, ao mesmo tempo em que se melhora a saúde e até a felicidade da população.

Já surgiram algumas tendências de consumo mais verdes. A popularidade das bicicletas compartilhadas, por exemplo, mudou a forma como os moradores das cidades se deslocam; as restrições ao licenciamento de veículos levaram mais pessoas a escolherem carros com maior eficiência energética. Será que a “transformação da cultura” também vai levar os consumidores chineses a usarem seu poder aquisitivo para ajudar a proteger bens globais como a floresta amazônica?

May Mei, diretora executiva do grupo de defesa GoalBlue Low Carbon Development & Promotion Centre, acredita que essa é a abordagem correta. Ela disse ao *China Dialogue* que “os consumidores precisam conhecer mais os mercados fortes da China, pois o seu poder de compra pode influenciar as cadeias de suprimentos. Também precisam saber mais sobre o potencial deles de tornar essas cadeias de suprimentos mais sustentáveis”. 



Uma nova investigação liga a JBS, maior produtora de carne do mundo, a uma triangulação de fornecedores chamada 'lavagem de gado'  
Foto: Alamy

[Manuela Andreoni](#)

## Investigação liga JBS a 'lavagem de gado'

### Reportagem revela que JBS transportou gado de área embargada para frigoríficos aprovados por Hong Kong

Durante anos, a JBS, a maior empresa de carne do mundo, alegou não poder monitorar fornecedores indiretos acusados de atividades ilegais. As alegações permitiram que a empresa se esquivasse da responsabilidade pela "lavagem de gado", a prática de mover gado de fazendas ligadas ao desmatamento ilegal para outras sem autuações, antes de enviá-lo para matadouros, criando a aparência de uma cadeia de suprimentos livre de ilegalidades.

Mas uma nova investigação da Repórter Brasil, do The Bureau of Investigative Journalism (TBIJ) e do The Guardian encontrou evidências de que a empresa, cujas vendas para a Europa e Ásia cresceram nos últimos anos, pode estar diretamente implicada. A reportagem revela fotografias publicadas em uma rede social em julho de 2019 que mostram caminhões da JBS transportando gado de uma fazenda embargada

por desmatamento ilegal da Amazônia para uma fazenda limpa do mesmo proprietário — um fornecedor aprovado pela JBS.

O embargo, imposto pelo principal órgão de proteção ambiental do Brasil, o Ibama, é tanto uma punição quanto uma medida para permitir a recuperação de terras desmatadas. Ele cobre 39% da área da fazenda.

A revelação vem em um momento em que o governo e o agronegócio brasileiros estão sob crescente pressão de investidores internacionais e locais para combater o desmatamento, especialmente na Amazônia. Sob o presidente de extrema-direita do Brasil, Jair Bolsonaro, o desmatamento disparou, e pesquisadores esperam que a temporada de queimadas deste ano seja recorde.

Em nota, a JBS disse que o relatório "não reflete seus

padrões operacionais". A empresa também disse ao TBIJ que investigou as evidências apresentadas e descobriu que a fazenda de coleta não estava dentro de nenhuma área embargada, de acordo com seu próprio sistema. A JBS disse que introduziu um novo sistema, em 1º de julho, em que a empresa espera causar "um impacto significativo" na redução da "lavagem de gado".

"Estamos trabalhando para obter uma cadeia de suprimentos completamente transparente", disse a empresa.

A investigação descobriu uma postagem no Facebook, publicada por um motorista em julho de 2019, na qual ele é visto vestindo um uniforme da JBS, com pelos menos quatro caminhões em trânsito entre duas fazendas. No post, o motorista diz que sua equipe estava transportando gado da fazenda Estrela do

Apurinã — que foi multada em mais de R\$ 2,2 milhões em 2012 por desmatamento ilegal — para a Estrela do Sangue, fornecedora da JBS.

Documentos mostram que 7 mil cabeças de gado foram transportadas entre as duas fazendas entre junho de 2018 e agosto de 2019, diz a reportagem.

A reportagem também revela que há registros oficiais de transporte de gado mostrando que a fazenda Estrela do Sangue transferiu cerca de 3 mil cabeças de gado para dois abatedouros da JBS no estado de Mato Grosso entre novembro de 2018 e novembro de 2019.

Os dois abatedouros — nas cidades de Juína e Juara — são aprovados para exportar carne bovina para Hong Kong.

De acordo com dados divulgados pela Trase, uma iniciativa de monitoramento de cadeias de suprimentos, quase 4 mil toneladas de carne bovina dos centros de logística da JBS nessas duas cidades terminaram em Hong Kong em 2017, quase 2% das vendas para aquele destino naquele ano.

Nos últimos meses, a JBS se tornou uma importante fornecedora de carne bovina para a China, onde o aumento da renda tem alterado as dietas tradicionais e, mais recentemente, o surto de peste suína vem empurrando os fornecedores locais a buscarem produtos alternativos no mercado externo.

As exportações brasileiras de carne bovina para a China

# R\$ 2,2 milhões

foi a multa que a Estrela do Apurinã recebeu em 2012 por desmatamento ilegal

cresceram 53% em 2019 e continuaram crescendo em 2020. O resultado foi que, mesmo quando as taxas de desmatamento dispararam no ano passado, o valor de mercado da JBS cresceu — embora, mais recentemente, a pandemia de Covid-19 tenha contido os ganhos.

Há muito, pesquisadores suspeitam que a JBS participe da prática de “lavagem de gado”. Paulo Barreto, pesquisador sênior do Imazon, um centro de pesquisas sobre a Amazônia que rastreia o desmatamento, disse que as evidências no relatório elevam para outro patamar as provas do envolvimento da JBS com fornecedores embargados.

Para ele, as novas evidências devem ser investigadas por autoridades e investidores que exigem melhores práticas de empresas do agronegócio.

“Não tenho expectativas de que a empresa faça grandes mudanças, a menos que haja implicações concretas”, disse ele.

A JBS tem se defendido de acusações com uma auditoria conduzida de forma independente pela DNV GL, empresa sediada na Noruega, que concluiu que todos os seus fornecedores diretos na Amazônia atendem aos melhores padrões socioambientais.

Mas o auditor sempre disse que a empresa não rastreia

seus fornecedores indiretos. Em mensagens trocadas com a Anistia Internacional após uma investigação recente, representantes da DNV enfatizaram que sua auditoria não representa evidência de boas práticas na cadeia de suprimentos da JBS.

No passado, a JBS já foi acusada de usar fornecedores conectados a práticas ilegais. Em abril de 2017, o Ibama embargou várias plantas da JBS, bem como um exportador, depois de descobrir que a empresa havia comprado 20 mil cabeças de gado de fazendas que foram punidas por desmatamento ilegal. Mas decisões judiciais favoráveis livraram a JBS do pagamento de multas.

Segundo Barreto, nenhuma investigação ou ameaça anterior dos investidores resultou em punições significativas contra a JBS — salvo acusações de envolvimento com corrupção. Mas, segundo explicou, os compradores chineses estão em uma posição privilegiada para forçar a empresa a fazer mudanças. Ele conta que é comum ouvir fazendeiros diminuírem a importância de investigações e reclamações de ONGs internacionais e investidores da Europa.

“Eles normalmente dizem: ‘então a gente vende para a China’”, contou Barreto. “Se a China der sinais de que se importa, isso faria diferença”. 

# Coronavírus dificulta abastecimento global de carne

## Covid ameaça provocar desabastecimento, mas ainda não há sinal de queda nas exportações latino-americanas



Um grupo de jovens touros no pasto, na Argentina  
Foto: Alamy

Nas últimas semanas, mais de 20 unidades de processamento de carne nos Estados Unidos foram fechadas temporariamente após a detecção de surtos de Covid-19 entre os funcionários.

Estima-se que 6,5 mil funcionários tenham sido infectados, e a queda na capacidade de processamento levou produtores e pecuaristas a abater milhões de animais.

Os fechamentos também levaram a um aumento no preço da carne bovina e suína, assim como o surgimento da possibilidade de desabastecimento.

Na América Latina, onde os casos de Covid-19 estão aumentando em uma velocidade maior do que em outras regiões do mundo, uma dinâmica similar parece estar emergindo.

No Brasil, o estado do Rio Grande do Sul comunicou surtos de Covid-19 em nove unidades de processamento de carne, com 124 casos confirmados entre 20 de março e 27 de abril.

No começo de março, outras dez unidades de processamento de carne brasileiras suspenderam as operações devido a uma queda de demanda, causada pela pandemia.

Enquanto isso, no Uruguai, 22 das 51 unidades de processamento de carne estavam parcial ou totalmente inativas no começo de abril, o que gerou uma queda total de produção de 50%.

A interrupção generalizada na produção de carne do Uruguai foi em parte causada por uma greve da Federação de Trabalhadores da Indústria

de Carne e Afins (Foica). O braço do sindicato em Cerro, um bairro de Montevidéu, que representa aproximadamente 50% dos trabalhadores da indústria de carne uruguaia, citou preocupações sanitárias como razão para a greve.

Martin Cardozo, presidente da Foica Cerro, reconheceu, em entrevista a um programa de rádio, que a medida é dura. “Porque afeta empresas, trabalhadores e líderes sindicais”, ele explicou. “Nossa ação é em solidariedade com a população e com o governo. Estamos convencidos de que é a melhor coisa a fazer.”

Na Argentina, uma unidade de processamento de carne bovina em Buenos Aires fechou após a morte de um inspetor de segurança alimentar. Cinco outros funcionários também obtiveram resultados positivos

# 50%

foi a queda na produção de carne no Uruguai

para Covid-19 e, antes disso, outras 10 unidades haviam suspenso suas operações por causa de interrupções logísticas.

Em circunstâncias normais, o mercado internacional é capaz de lidar com interrupções temporárias de fornecimento ou de produção em qualquer país, causadas por doenças ou intempéries.

A situação atual, contudo, é inédita porque todos os maiores países produtores de carne das Américas podem enfrentar interrupções de abastecimento, já que Estados Unidos, Brasil, Argentina e Uruguai são responsáveis por cerca de 45% das exportações internacionais de carne bovina.

## SINAIS AMBÍGUOS DA CHINA

Mesmo antes da Covid-19, o abastecimento global de carne enfrentava dificuldades devido a um surto de Febre Suína Africana, que reduziu a produção de carne suína da China ao seu volume mais baixo em 16 anos.

A escassez de carne de porco levou a um aumento nas importações de carne pela China em 2019, em comparação com 2018. As importações de carne bovina aumentaram 60%, para 1,9 milhão de toneladas. As importações de carne

aumentaram 75% e atingiram 1,5 milhão de toneladas.

Em parte devido a restrições no comércio com os Estados Unidos, a América Latina foi uma das regiões que mais se beneficiou da situação, com o aumento das vendas dos maiores países produtores da região.

Em 2019, as exportações de carne bovina do Brasil alcançaram um recorde de 1,66 milhão de toneladas, acima do recorde anterior de 1,48 milhão de toneladas, em 2018. O salto foi causado, em grande parte, pelas vendas para a China, que aumentaram 39,5%, em comparação com 2018.

Os dados da Argentina contam uma história parecida. Durante os dez primeiros meses de 2019, as exportações atingiram um recorde de 666 mil toneladas, das quais a China comprou quase 50%.

Embora a expectativa para 2020 fosse de mais um ano importante para produtores latino-americanos, o coronavírus interrompeu temporariamente os padrões de consumo e comércio.

Números específicos ainda não estão disponíveis, mas o Rabobank estima que o consumo chinês de carne bovina, suína e de aves diminuiu no primeiro trimestre de 2020, devido ao fechamento de restaurantes e mercados.

Espera-se também que a importação de carne bovina sofra uma queda no primeiro semestre de 2020, já que a grande quantidade comprada antes do Ano Novo Lunar não chegou a ser consumida.

Ainda assim, o impacto das mudanças do mercado chinês na América Latina ainda é ambíguo.

A Argentina viu uma redução de 35% nos envios em janeiro, em comparação com dezembro, com uma queda de mais 30% em fevereiro. As vendas de março corresponderam a apenas 15% das registradas no fim de 2019.

Em entrevista à Reuters, Mario Ravettino, presidente do consórcio ABC de exportadores de carne da Argentina, disse que a queda se deve, em parte, a “dificuldades logísticas nos portos, causadas pela quarentena, que também afetaram os padrões domésticos de demanda de carne bovina”.

O Brasil, por outro lado, dobrou suas exportações de carne bovina para a China em março de 2020, em comparação com 2019. Esse aumento ocorreu após uma desaceleração durante os dois primeiros meses do ano. Com uma queda na demanda de outros grandes compradores como a União Europeia, as exportações agora, mais do que nunca,

# 45%

das exportações internacionais de carne bovina vêm dos EUA, do Brasil, da Argentina e do Uruguai

estão dependentes da China, que respondeu por 35% das vendas em março.

## IMPACTO ECONÔMICO E AMBIENTAL

Nos últimos anos, o aumento na produção de carne bovina e de grãos esteve ligado ao desmatamento e à perda de biodiversidade na Amazônia. A pecuária também pode gerar volumes significativos de metano, um gás de efeito estufa.

Embora uma redução prolongada na demanda da China e de outros grandes compradores possa, em tese, reduzir alguns desses impactos ambientais, mudanças duradouras levariam mais tempo para acontecer.

Alejandro Salemme, pecuarista e membro da Associação Angus Argentina, afirma que os “ciclos de produção de carne bovina podem durar de dois a três anos, então quaisquer mudanças no fornecimento não serão percebidas de um dia para o outro”.

Até agora, não há sinais de redução na pecuária latino-americana, apesar do fechamento de unidades de processamento de carne e de interrupções logísticas. Embora alguns produtores americanos estejam desacelerando o crescimento dos animais para adaptar-se ao fechamento das unidades de processamento, especialistas acreditam que isso não causou um impacto significativo e duradouro no fornecimento de carne.

Enquanto as exportações de carne continuarem a ser um motor econômico

“

O maior desafio estará no lado da oferta e na capacidade da indústria de continuar oferecendo produtos da mesma maneira.

crucial para países como Brasil, Argentina e Uruguai — especialmente devido às vendas recorde para a China — haverá um forte incentivo à produção.

Segundo Salemme, apesar das interrupções de curto prazo, a produção argentina continuará a crescer, e a China representa um enorme mercado inexplorado para cortes premium, que tradicionalmente são vendidos para a Europa.

## PREOCUPAÇÕES SANITÁRIAS

Como uma atividade econômica essencial, a produção de alimentos não tem sido impactada pela quarentena. Contudo, com o aumento de infecções em unidades de processamento de carne, os governos agora enfrentam uma escolha difícil entre a saúde pública e o impacto econômico do fechamento.

Após comunicados de infecções em unidades de processamento de carne no Rio Grande do Sul,

promotores estaduais abriram um processo para fechar temporariamente duas unidades, com o objetivo de desacelerar a propagação do vírus.

Para tentar aumentar a segurança dos funcionários, o Ministério da Saúde brasileiro também está exigindo que todas as empresas processadoras de carne elaborem um plano de contingência para prevenir, monitorar e controlar a Covid-19.

Os planos devem estabelecer medidas de distanciamento social e a instalação de barreiras físicas entre funcionários, uso de equipamentos de proteção individual, escalas de trabalho e monitoramento ativo de sintomas.

O governo argentino implementou uma série de orientações, que incluem mudanças nos fluxos de trabalho para reduzir o risco de contágio, um aumento das exigências sanitárias e um protocolo a ser seguido na eventual detecção de casos positivos.

Enquanto isso, nos Estados Unidos, o presidente Donald Trump tomou a medida drástica de classificar unidades de processamento de carne como “infraestrutura crítica”, a fim de evitar o desabastecimento. A decisão foi polêmica, pelo seu potencial impacto na saúde pública e na segurança dos funcionários.

Lorival Luz, CEO da BRF, uma das maiores empresas frigoríficas do Brasil, disse em uma reunião virtual recente que “o maior desafio estará no lado da oferta e na capacidade da indústria de continuar oferecendo produtos da mesma maneira”. 

# O turbulento processo para que os frigoríficos do Brasil exportem carne à China

O credenciamento de frigoríficos é permeado por pressões políticas e econômicas. Exigências ambientais são ignoradas, enquanto a pecuária impulsiona o desmatamento da Amazônia

Um grupo de políticos e representantes de frigoríficos paraenses se aperta em torno de uma mesa, com carnes bem-embaladas ao centro. Na sede do governo estadual, em Belém, eles posam para a foto oficial do anúncio dos quatro primeiros frigoríficos do Pará habilitados para exportar à China continental, em setembro de 2019.

“Poder adentrar o mercado chinês é algo que, desde 2011, vinha sendo solicitado pelos frigoríficos do nosso estado”, explicou o governador Helder Barbalho, na ocasião.

A foto representa o ápice das décadas de progressiva expansão pecuária que tornaram o Pará um recordista brasileiro: são 20,6 milhões de cabeças de gado — ou 2,5 para cada habitante.

A comemoração destoava da tragédia vivida pelo estado incrustado no coração da Amazônia, apenas um mês antes. Em agosto daquele ano, a região fora palco de uma



Um frigorífico no estado do Mato Grosso: estados da Amazônia abrigam quase metade das plantas autorizadas para exportação à China no país

Foto: Alamy

## 14

dos 22 frigoríficos aprovados para exportar para a China em 2019 estão na Amazônia

temporada de queimadas que chocou o mundo — uma curva de destruição que se mantém em 2020. Na época, Barbalho explicou que se tratava de “queimada de floresta para fazer

pasto”. O Pará se tornou também recordista em desmatamento.

Mas a devastação ambiental não ecoou nos recentes acordos de comercialização de carne entre Brasil e China. Permeado por pressões políticas e econômicas e baseado quase exclusivamente em padrões sanitários, o longo processo de habilitação de frigoríficos deixa de fora exigências ambientais, como mostram de requerimentos, audiências e protocolos analisados pelo *Diálogo Chino*.

De 2019 para cá, os chineses habilitaram 22 novos frigoríficos de bovinos, sendo 14 deles na Amazônia. Agora, o bioma abriga 77, ou quase metade das plantas autorizadas para exportação à China no país, em um processo que preocupa ambientalistas.

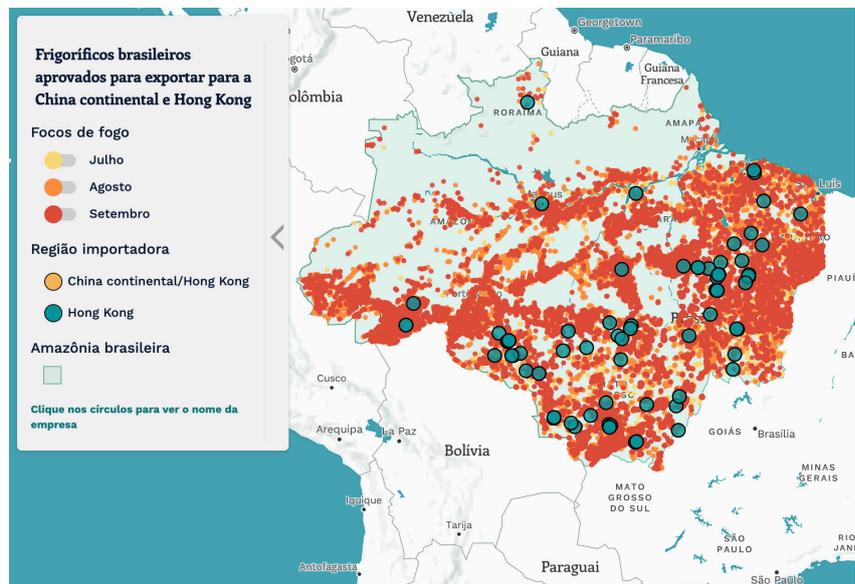
“Critérios claros de controle de desmatamento e o respeito aos direitos territoriais indígenas e das comunidades deveriam ser mandatórios para as exportações da carne brasileira, particularmente a originada em biomas sob ataque”, contesta Adriana Charoux, porta-voz da campanha da Amazônia do Greenpeace.

## PECUARISTAS DISPUTAM MERCADO CHINÊS

As habilitações internacionais seguem na esteira de negociações bilaterais e obedecem a critérios técnicos de cada país. No caso da China, há dois caminhos regulatórios: o de Hong Kong e o de China continental, o governo central do país.

Hong Kong importa carne brasileira há duas décadas, embora com demanda limitada e baixo valor agregado, segundo Thiago Bernardino, pesquisador de pecuária do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada.

Já o governo central aumentou recentemente a demanda — impulsionada por mudanças nos padrões de consumo, a guerra comercial contra os EUA e, principalmente, o impacto



da peste suína africana. Diferentemente de Hong Kong, isso permite que os produtores acessem todas as províncias e atendam a um apetite por carne de maior valor agregado.

“O mercado da China está buscando cada vez mais qualidade”, explica Bernardino, “e pagando um preço adicional por isso”.

Para vender ao exterior ou em escala nacional, o frigorífico requer um registro do Serviço de Inspeção Federal (SIF). Para conseguir, ele precisa, entre outros documentos, da licença ambiental de operação, única exigência ambiental do processo. Ela atesta a gestão de lixo e água, além do plano contra excesso de ruído e trânsito na vizinhança.

Apesar de frigoríficos registrados passarem por inspeções contínuas, não é função do agente monitorar a renovação da licença ou eventuais embargos.

Com o SIF em mãos, o frigorífico precisa ainda

ser habilitado pelo país comprador e obter um certificado sanitário internacional.

Seguindo sua tradição liberal, Hong Kong tem regras menos rígidas e segue os protocolos já em curso dos países exportadores. Ou seja, os frigoríficos registrados no Brasil podem se candidatar a convocações diretas para exportar, sem a mediação do governo brasileiro.

Os requisitos de Hong Kong que constam em um ofício do Ministério da Agricultura (MAPA) ditam apenas que o produto seja próprio para o consumo, sem contaminantes ou substâncias proibidas, que tenha sido submetido a inspeções e que seja proveniente de fazendas registradas.

Na China continental, as autoridades aplicam uma regulamentação mais criteriosa, quando abrem vagas. Elas realizam missões de auditoria em frigoríficos nos países de interesse e/ou recebem uma lista de



Foto: Christian Braga / Greenpeace

indicação do governo local a ser analisada.

O governo central exige que frigoríficos e governo brasileiro respondam e o respaldem questões sobre a capacidade de produção e as condições sanitárias dos animais e das instalações. Num formulário de registro, por exemplo, o país requer informações sobre: veterinários encarregados da inspeção; potenciais fontes poluidoras no entorno da planta; risco de contaminação cruzada dentro da fábrica; limpeza das instalações, armazenamento e transporte; e tratamento da água usada na produção, entre outros itens similares.

Além de garantir o padrão de qualidade do produto, o empresário precisa ter capacidade de fornecimento. “A China é um gigante em termos de consumo, e eles precisam de volume”, comentou o adido agrícola em Pequim, Jean Manfredini.

O registro na China continental, portanto, expande o acesso de

frigoríficos a um mercado “efetivamente infinito”, conforme explica Philip Fearnside, um dos principais estudiosos do tema. “Isso representa um perigo para o aumento do desmatamento da Amazônia.”

### **DESCONTROLE DA CADEIA PRODUTIVA**

No credenciamento, Hong Kong e China pedem ainda uma breve descrição do rastreamento dos bovinos, ou seja, dados das fazendas que fornecem o animal vivo aos frigoríficos. O objetivo é garantir a qualidade sanitária desde a origem do boi, mas, se reforçada, poderia servir como ferramenta contra a compra de produtos provindos de áreas onde há desmatamento ilegal.

“Os grandes [frigoríficos] estão se movimentando para isso”, disse Bernardino, pesquisador do Cepea, ao mencionar promessas recentes de monitoramento de toda a cadeia produtiva da Marfrig e da JBS. Mas, quando se trata de adicionar mais protocolos ambientais, explicou, “teria que haver uma demanda por parte do consumidor, do varejo, aos frigoríficos, exigindo essa informação e pressionando por mudanças no sistema”.

Hoje, o governo brasileiro monitora o trânsito de animais por guias obrigatórias, enquanto a indústria da carne fiscaliza fornecedores por meio de satélites e auditorias. Um dos principais entraves ainda é coibir a lavagem de gado — rastrear as milhares de fazendas atravessadoras que fornecem bovinos não para o frigorífico, mas para outras fazendas.

No Brasil, o boi passa até 75% da vida em pastos que funcionam como fornecedores indiretos dos frigoríficos e que podem ser autores de crimes ambientais, como desmatamento ilegal e grilagem.

A União Europeia, considerada mais rígida, 

# 75%

é o tempo de vida que um boi passa no pasto que serve como fornecedor indireto, reduzindo o controle dos frigoríficos sobre as irregularidades ambientais

impõe exigências mais amplas de rastreamento do gado. Uma circular do MAPA orientando inspetores sobre os requisitos do bloco detalha esse processo, que deve começar no transporte e na recepção dos animais, passando pelas fases de produção e culminando com o produto pronto para exportar. O bloco só compra de determinadas regiões — o Pará e outros estados na Amazônia estão excluídos.

Mesmo assim, não é suficiente. Um estudo publicado na revista *Science* revelou que pelo menos 17% das exportações de carne bovina de biomas ameaçados para a UE podem ter indícios de desmatamento ilegal.

## **PRESSÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS**

Vacilos regulatórios já causaram problemas à indústria de carne brasileira. Entre o fim dos anos 1990 e o início dos anos 2000, surtos de febre aftosa provocaram bloqueios de alguns estados produtores, ajudando a impulsionar frigoríficos na Amazônia ainda livres da doença.

Mais recentemente, em 2017, a operação Carne Fraca denunciou inspetores coniventes com a comercialização de carne imprópria. O episódio afetou a credibilidade do serviço federal, provocou embargos internacionais e adiou o credenciamento para a China. À época, o MAPA respondeu à crise com arrocho regulatório

e a contratação de mais inspetores.

As tratativas foram retomadas em 2018, quando uma missão chinesa vistoriou 11 das dezenas de plantas indicadas pelo Brasil. O resultado foi um novo banho de água fria.

“[Os chineses] fizeram um relatório que não foi muito favorável, excluindo um e deixando outros dez cheios de questionamentos”, afirmou a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, em audiência pública. A repercussão negativa deixou o setor “em polvorosa”, disse ainda.

Cresceram novamente as incertezas quanto a um acordo e acirraram-se as disputas no setor. Enquanto isto, a ministra agendava para meados de 2019 uma expedição pela Ásia para tentar desfazer a imagem de desorganização deixada pelo Brasil.

O Pará estava disposto a brigar pela vaga inédita para a região. Internamente, resolveu pendências no licenciamento ambiental e melhorou o monitoramento da pecuária — embora ainda aquém do necessário. E começou sua articulação política. Nesse ínterim, o governador visitou a capital mais de dez vezes e levou

pecuaristas ao gabinete da ministra para advogar pela inclusão dos frigoríficos paraenses.

Dois deputados federais, Fausto Pinato (PP), presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, e o paraense Cristiano Vale (PL), enviaram requerimentos ao ministério, cobrando transparência sobre os requisitos para exportar carne do Pará à China.

Um vídeo de uma reunião a portas fechadas em abril de 2019 expôs entraves na mediação do governo na inclusão de frigoríficos menores — que sofrem menos escrutínio de suas atividades — entre os exportadores. A ministra reclamava do lobby do setor e da falta de zelo em fornecer informações aos chineses.

“Aí sabe o que acontece?”, ela perguntou aos presentes. “Deixa os grandes [frigoríficos] irem lá e negociar lá [na China].”

Cerca de 80% dos frigoríficos autorizados a exportar para a China não pertencem às três grandes empresas do setor, JBS, Marfrig e Minerva. Mas em volume de exportação, a JBS respondeu por mais de 30% do que foi enviado a Hong Kong em 2017.

---

“

Se a China disser, ‘quero um protocolo ambiental’, vai ter que haver um.

---

## Interesses privados

Não raro, políticos são criticados por suas ligações com o agronegócio. O governador Barbalho e seu pai, o ex-senador Jader Barbalho, são investigados por receber doações supostamente ilegais da JBS em 2017. Helder também já foi empresário do agronegócio.

Vale é pecuarista e tem declarados quase R\$ 1 milhão em bens, sendo R\$ 145 mil em sete fazendas, incluindo um terreno de 250 hectares “sem documentos, a ser regularizado”.

Em meio a tantos interesses, a discussão sobre preservação ambiental passou ao largo do credenciamento de frigoríficos da Amazônia.

“O meio ambiente é, com certeza, uma prioridade”, disse Pinato. “Mas a gente sempre procura fazer um equilíbrio, respeitando a legislação, com uma posição bem moderada. Ou seja, sem prejudicar o crescimento econômico de exportações”.

## ACORDO ALCANÇADO

No dia 22 de maio de 2019, a ministra desembarcava com a notícia de que sua comissão fora bem recebida pelos chineses e que a definição da lista estava próxima.

“Chamei agora todo o setor, está todo mundo no Ministério da Agricultura, está todo mundo com jet lag, mas a reunião tem que ser hoje para ver quantas

“

Não observamos medidas de restrição de compras ou mesmo de critérios mais rigorosos para a compra.

plantas serão”, explicou Teresa Cristina. “Quem vai decidir quem são os estabelecimentos é o próprio setor”.

Quatro meses depois, foram finalmente divulgadas as 17 plantas credenciadas de carne bovina, além de seis de frango, uma de carne suína e uma de jumento. Em outubro, China e Brasil assinaram protocolos sanitários para também carne termoprocessada. E, em novembro de 2019, mais 13 frigoríficos foram habilitados, sendo cinco de bovinos.

No anúncio da vitória em Belém, o deputado Cristiano Vale já olhava em frente: “Eu tenho certeza que terão mais plantas ainda [habilitadas], com o potencial que o estado tem para absorver esse mercado”.

A China continental flexibilizou a vistoria de plantas brasileiras, que passariam a ser feitas por videoconferência a partir

deste ano. Mas a eclosão do coronavírus paralisou novas aprovações, e seis frigoríficos exportadores chegaram a ser embargados.

Ainda assim, os pecuaristas paraenses já sentiram o peso do mercado chinês na saúde do negócio. Com a habilitação de apenas quatro plantas, a China continental se tornou a maior compradora do Pará: 22,5 mil toneladas de carne bovina exportadas até junho.

No mesmo mês, o estado figurava no topo do ranking de desmatamento da Amazônia brasileira: foram perdidos 152 mil quilômetros quadrados de floresta, uma área quase do tamanho da Tunísia. Para Charoux, do Greenpeace, o clima era de frustração.

“Embora o estado concentre parte significativa do desmatamento”, lamentou, “não observamos medidas de restrição de compras pelas empresas, ou mesmo critérios mais rigorosos para a compra”.

Bernardino, o pesquisador de pecuária, diz que hoje a China tem mais olhos para o preço do que para o meio ambiente, mas que os pecuaristas acompanham o mercado chinês com lupa.

“Se você perguntar para todo mundo do mercado, qual é o medo hoje? É a China deixar de comprar”, afirma. “Se a China disser, ‘quero um protocolo ambiental’, vai ter que haver um”. 🇧🇷

*Leonardo Coelho e Manuela Andreoni contribuíram para esta reportagem.*



Colhendo trigo na província de Anhui  
Foto: Alamy

[Wang Chen](#)

## China quer qualidade e quantidade no seu setor de alimentos

### Tomadores de decisão na China querem aumentar a produtividade e diminuir dependência de importados

Desde 1949, as colheitas de grãos na China aumentaram mais de cinco vezes, sendo que a produção per capita dobrou de tamanho. A relação entre a oferta e a demanda, por outro lado, esteve sempre mais ou menos equilibrada. Apesar disso, o setor de alimentos permanece como uma das principais preocupações do governo chinês, conforme detalhado em um relatório técnico divulgado em outubro pelo Departamento de Informação do Conselho de Estado do país.

Em vez de focar em produzir o suficiente para a sua população, a China agora tem como principais objetivos melhorar a qualidade das culturas destinadas ao consumo humano e produzir ração animal em quantidade suficiente para satisfazer

a demanda crescente por carne e laticínios. Para isso, os pesquisadores estão empenhados em desenvolver culturas mais produtivas e resilientes.

O Ministério da Agricultura da China vem trabalhando para disponibilizar, ainda este ano, 53 mil quilômetros quadrados de terra arável de alta qualidade. Para que a terra seja considerada de “alta qualidade”, é necessário aprimorar os sistemas de irrigação, o acesso às máquinas, como colheitadeiras, e a qualidade do solo.

#### **SAFRAS MAIORES, OU MELHORES?**

Em 1994, o analista ambiental americano Lester Brown publicou o livro *Quem Vai Alimentar a China?*, despertando preocupações sobre uma

possível crise alimentar mundial provocada pela insegurança alimentar da China. Como a China poderia alimentar sua parcela de 20% da população mundial, Brown se perguntou, quando detém apenas 7% da terra arável do planeta?

Em um relatório de 1996 sobre segurança alimentar, o governo chinês mostrou que estava tentando solucionar essa questão. Ele estimulou a pesquisa no setor de alimentos e criou políticas públicas para apoiar produtores rurais. Os avanços em tecnologia agrícola beneficiaram muito o setor e, em 2019, a produção do país tinha aumentado de forma muito expressiva.

As últimas duas décadas foram de boas safras para o país. As colheitas alcançaram 650 bilhões de quilos só nos últimos quatro anos, segundo Zhang Zhaoxin, pesquisador do

Ministério da Agricultura. Ainda assim, a segurança alimentar da China continua sendo uma questão de alta relevância internacional. “Temos responsabilidades junto ao mundo e isso significa que não podemos permitir uma lacuna alimentar grande”, alertou Zhang.

Ele acrescentou que as prioridades da China mudaram e, se antes o país buscava produzir grãos em quantidade suficiente, agora está se concentrando em aprimorar sua qualidade. Concentrar-se unicamente em aumentar a produção acabou resultando em dor de cabeça para as empresas do setor de alimentos, disse ele. A China produz um excedente de trigo, por exemplo, mas continua importando o grão do Canadá e dos Estados Unidos.

“Como na China são misturados vários tipos de trigo, é difícil padronizar a qualidade. Se uma empresa quiser fabricar uma farinha específica de alta qualidade, terá que importar o trigo correto”, explicou Zhang.

Luo Shiming, ex-reitor da Universidade Agrícola do Sul da China, conversou com o *China Dialogue* e contou que o governo está cada vez mais atento às sementes e, por isso, tem aumentado os investimentos em pesquisa e desenvolvimento. A lei de sementes da China, que entrou em vigor em dezembro de 2000 e foi atualizada em 2015, oferece proteções para novas variedades e restrições à cópia.

## **SAFRAS MAIORES ESCONDEM PREOCUPAÇÕES COM SEGURANÇA ALIMENTAR**

Segundo o relatório técnico, a oferta e a demanda alimentar da China permanecerão fortemente equilibradas no médio e no longo prazo. Embora a população chinesa esteja se estabilizando — e até diminuindo um pouco — o aumento da demanda por carne, ovos e leite exigem uma produção maior de ração animal. Espera-se que essa tendência continue por algum tempo, mas o aumento anual da produção de grãos não deve resultar em excedentes.

Zhang Zhaoxin aponta uma questão crucial: “Primeiro, precisamos nos certificar de que temos terra, e terra boa”.

A produção alimentar da China vem sofrendo flutuações desde 1996 e começou a encolher a partir de 1999. Não houve crescimento até 2004; as colheitas só voltaram aos níveis de 1998 em 2008. Isso é parcialmente explicado pelas enchentes e pelo efeito El Niño, mas uma das principais causas foram as perdas de terra arável. Desde 2006, ou seja, por 11 anos consecutivos, a urbanização e a industrialização vêm tomando espaço e ocupando as terras aráveis. Segundo um relatório recente, as fortes políticas de proteção do país aumentaram de forma muito discreta as terras aráveis, mas os novos limites, por enquanto, estão seguros.

Mas e a qualidade? A agricultura intensiva, os pesticidas químicos e as monoculturas levaram a quedas rápidas na produtividade e na resiliência da terra, tornando-a mais vulnerável aos desastres naturais.

Alguns órgãos do governo chinês, incluindo o Ministério da Agricultura e o Ministério de Terras e Recursos Naturais, implementaram uma série de medidas visando disponibilizar áreas boas para o cultivo. Em 2013, o governo estabeleceu a meta de criar 53 milhões de quilômetros quadrados de terras aráveis de alta qualidade até o final de 2020.

O relatório técnico ressaltou, ainda, a necessidade de o país manter terras aráveis e aumentar a qualidade da sua produção. A proteção ambiental foi uma questão que ganhou destaque porque a poluição influi na segurança alimentar, disse Luo Shiming.

## **INFLUENCIANDO O MERCADO INTERNACIONAL**

O impacto da alimentação chinesa nos mercados internacionais é profundo.

A China começou a importar grãos depois que se tornou membro da Organização Mundial do Comércio, em 2001, quando aboliu as cotas e licenças de importação. Ainda existe um sistema de soft quotas (cotas suaves) para itens como trigo, milho e arroz, mas a importação em quantidades que

excedam a cota é permitida mediante pagamento de uma tarifa. Entretanto, as tarifas para outros grãos foram reduzidas de forma significativa.

A decisão de participar do mercado internacional de alimentos reflete a preocupação da China em impulsionar a renda rural do país por meio da produção de grãos e, ao mesmo tempo, garantir sua segurança alimentar. As importações chinesas que visam suprir as lacunas de produção, bem como a exportação de grãos de alta qualidade, garantem um retorno financeiro maior para os produtores chineses. O país que antes exportava soja passou a importar o produto e, até hoje, é o maior importador do grão no mundo, principalmente de países sul-americanos como o Brasil e a Argentina. Porém, em 2002, a China se tornou exportadora líquida de trigo, que envia para países do sudeste asiático.

O relatório técnico enfatizou diversas vezes que a China “é diligente no cumprimento dos seus compromissos com a OMC”, abrindo mercados de grãos e sendo ativa na cooperação internacional.

Segundo Isabel Nepstad, consultora independente de agricultura e comércio sustentáveis, a China está se voltando para a América Latina não apenas para a soja, mas para obter tecnologia que possa tornar as culturas mais resistentes às mudanças climáticas. Um exemplo citado por Nepstad é a cooperação

entre o Grupo Dabeinong, da China, e a Argentina Bioceres Crop Solutions para o desenvolvimento de novas sementes.

Sobre o relatório, Nepstad disse: “É uma nova política ambiciosa, mas a China também é muito impulsionada pela demanda do mercado, e exigirá que as empresas e a indústria apliquem essas políticas”. Luo Shiming disse que a China deverá continuar focando principalmente em ser autossuficiente, ao mesmo tempo em que obtém algum apoio do comércio internacional. No entanto, o relacionamento da China com os mercados internacionais de alimentos nem sempre é fácil.

Os atritos comerciais com os EUA e alguns desastres naturais prejudicaram as importações de soja nos últimos dois anos, levando a China a buscar aumento na produção interna e encontrar novos fornecedores. Para Zhang Zhaoxin, enquanto as políticas como os estímulos à produção de soja não entrarem em conflito com a cooperação com mercados internacionais, a China permanecerá focada na estabilização das importações e no fortalecimento da sua capacidade de responder aos desastres ambientais e às mudanças nas políticas.

Para Zhang Zhaoxin e Luo Shiming, a China deve, sim, fazer bom uso dos mercados internacionais, mas também deve aumentar a competitividade da sua própria agricultura,

seja aumentando as exportações, seja reduzindo a sua dependência das importações. As culturas de grãos na China têm qualidade variável e enfrentam um quadro complicado, que inclui o aumento do custo da mão de obra e do transporte, a perda de terras e a poluição agroquímica. Isso confere uma vantagem de mercado aos grãos importados de boa qualidade e custo baixo. A grande pergunta para a agricultura chinesa é: como aumentar a qualidade e, ao mesmo tempo, reduzir os custos?

Pode ser que os dois desafios sejam resolvidos com uma única solução. Zhang Zhaoxin enfatizou várias vezes a importância de se desenvolverem melhores linhagens através do melhoramento seletivo e da modificação genética. Luo Shiming, por sua vez, afirma que aumentar a resiliência das culturas ajudaria a reduzir a dependência de insumos químicos.

Os mercados internacionais já perceberam o novo paladar chinês e sua preocupação em melhorar a alimentação. O Brasil, por exemplo, quer ir além da exportação de soja para começar a vender outros produtos para a China, disse Nepstad. “A economia chinesa está em transição e em busca de mais qualidade, o que significa que a demanda do país vai se voltar para importados de maior qualidade. O país vai buscar se tornar mais autossuficiente e menos dependente dos importados”, disse. 

# Pico da Covid-19 coincide com temporada de exportação da soja

## Coincidência preocupa governo chinês, enquanto Brasil e Argentina trabalham para garantir normalidade em cadeia logística

A coincidência entre o pico da epidemia de Covid-19 no Brasil e na Argentina e a temporada de exportação da soja, entre abril e maio, acendeu um sinal de alerta no governo chinês para possíveis dificuldades logísticas nos dois países, com bloqueios em estradas ou adoecimento de trabalhadores.

A prioridade da China é garantir sua segurança alimentar em meio à crise. Em uma coletiva de imprensa sobre o assunto no início de abril, Wei Baigang, do Ministério da Agricultura chinês, deixou clara a preocupação de seu governo com a soja em particular, um dos únicos alimentos essenciais que a China importa massivamente de outros países. A soja importada é usada principalmente para alimentar o vasto rebanho suíno da China.

“[Nós] fortaleceremos a coordenação com países exportadores e continuaremos a promover planos de revitalizar a soja em casa para garantir seu suprimento”, disse, referindo-se à política anunciada pelo país em outubro do ano passado para diminuir a dependência da China



Governo chinês se preocupa com capacidade de Brasil e Argentina em fornecer soja, um dos únicos alimentos essenciais que a China importa massivamente.

Foto: Alamy

da importação de alguns alimentos-chave. Wei também disse que a China voltaria a importar soja dos Estados Unidos, depois do suado acordo comercial entre os dois países, o que alarmou alguns observadores no Brasil.

Enquanto isso, representantes do agronegócio se esforçam para demonstrar que não há motivos para preocupações. Segundo Sérgio Mendes, diretor geral da Associação Nacional de Exportadores de Cereais, no Brasil, a coordenação entre os ministérios da Agricultura, da Infraestrutura e da Saúde vai impedir que uma crise abata a cadeia logística.

“Estão fazendo um trabalho

espetacular, agindo rapidamente e antecipando acontecimentos com decretos que, normalmente, levariam semanas para serem editados”, disse.

Mas fontes de preocupação ainda persistem. No Brasil, há relatos de insatisfação entre caminhoneiros preocupados com sua exposição ao vírus e com a falta de insumos nas estradas, com boa parte do comércio fechado.

Já na Argentina, medidas de isolamento implementadas pelo governo fizeram com que 70 cidades bloqueassem seus perímetros de acesso — o que levou as empresas do agronegócio a um alerta sobre possíveis

desabastecimentos tanto para o mercado interno quanto para a exportação nos próximos dois meses.

Embarques de milho, soja e outros produtos agrícolas também acabaram atrasando no final do mês passado, devido a inspeções sanitárias feitas pelo governo argentino nos navios cargueiros, a fim de verificar se as tripulações estavam contaminadas pelo coronavírus.

## **COVID-19, SOJA E LOGÍSTICA**

A pandemia e as restrições de movimento afetaram as exportações de grãos argentinas, que tiveram uma retração de receitas de 6,9% em março, quando comparadas com o mesmo período do ano passado.

Já no Brasil, o impacto não foi sentido. Segundo a Secretaria de Comércio Exterior do Brasil, a exportação de grãos de soja teve um aumento de 37,6% no mês passado, quando comparada com o mesmo período de 2019.

“Entendemos que eventuais impactos específicos da Covid-19 podem refletir principalmente em questões logísticas relacionadas ao fluxo das exportações”, disse o subsecretário de Inteligência e Estatísticas de Comércio Exterior, Herson Brandão, a jornalista. “Quanto a isso, temos informação de que a exportação de bens como soja, petróleo e minério de ferro não sofreu impactos.”

Apesar de ainda não haver evidências de maiores problemas, a pandemia de Covid-19 reacendeu temores sobre segurança alimentar na China, sempre temerosa em não repetir a Grande Fome que abateu o país de 1958 a 1961. O temor não é sem razão: com apenas 7% da terra arável do mundo, os chineses precisam alimentar um quinto da população global.

Com a pandemia se espalhando, alguns países começaram a limitar exportações ao país, como o Cazaquistão. Mas, enquanto o governo chinês se sente seguro com a produção local de alimentos como o trigo e o arroz, o mesmo não pode ser dito da soja. A falta de infraestrutura para suportar crises no Brasil e na Argentina complementam o cenário de crise.

“Os países que precisam de atenção especial são os da África, o sul da Ásia e América Central e do Sul”, disse Fan Shenggen, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de Agricultura da China, em entrevista ao China Science Daily no fim de março. “Como esses países em desenvolvimento sofrem de fome e desnutrição, sua capacidade de suportar crises é muito pior do que a dos países desenvolvidos da Europa e América.”

## **GOVERNO GARANTE FLUXO DE EXPORTAÇÃO, MAS CAMINHONEIROS PREOCUPAM**

O Ministério da Infraestrutura, por meio

de comunicações oficiais, afirma que não haverá impacto nas exportações de commodities durante os meses de abril e maio, e trabalha nas obras de manutenção e restauração de rodovias a fim de garantir que o escoamento da safra de soja e de outros insumos sigam o fluxo normal.

Uma série de medidas foi implementada pelo ministério desde o começo da crise do coronavírus, como o alinhamento entre os todos os estados brasileiros para manutenção de serviços essenciais aos caminhoneiros durante a suspensão do comércio — como oficinas, borracharias e pontos de alimentação nas estradas.

A suspensão momentânea de renovação de documentos para motoristas profissionais e a vacinação deles contra a gripe comum foram outras medidas adotadas, além da divulgação de 130 pontos de auxílio aos caminhoneiros em estradas federais.

Mas a dependência do sistema logístico brasileiro de caminhoneiros autônomos continua a ser sua maior fragilidade. Os motoristas sofrem com condições de trabalho frequentemente precárias, além de alta volatilidade nos valores de frete. Em 2018, o Brasil enfrentou uma greve de caminhoneiros que derrubou o crescimento do PIB em 1,2 ponto percentual.

O receio que a pandemia tenha algum efeito sobre o setor é sentido, sobretudo, por sindicatos que representam os caminhoneiros, que transportam cerca de 60% das cargas do país. Membros da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos, ou CNTA, estão trabalhando para orientar os motoristas sobre o novo coronavírus, em campo e por meio do aplicativo Whatsapp.

“É preciso ter a consciência de que há um ser humano por trás do volante. O cuidado tem sido muito grande. Existe a preocupação de que o caminhoneiro adoeça, pois é um profissional extremamente exposto”, disse Marlon Maues, assessor executivo da CNTA, que representa 800 mil caminhoneiros e 140 sindicatos no Brasil.

Mesmo assim, há muito espaço para melhorar. No início de abril, a Associação Brasileira de Caminhoneiros, que representa 560 mil motoristas no país espalhados por 92 sindicatos, enviou um ofício ao presidente Jair Bolsonaro reclamando das condições das estradas e da falta de incentivo ao setor: “Se o objetivo é investir no combate ao coronavírus, é importante cuidar tanto de médicos e enfermeiros quanto de caminhoneiros”. 

[Damian Profeta](#)

## Argentina aposta em neutralidade de carbono para não perder mercados

### Produtores agropecuários buscam zerar a pegada de carbono de sua produção

“Estamos diante de uma transformação importante no setor produtivo argentino. O desafio agora é, ao finalizar uma campanha agrícola, não apenas perguntar: ‘Quanto rendeu o trigo?’, ‘Como foi a soja?’, mas sim: ‘Como foi seu balanço de carbono este ano?’”.

Foi assim que Eduardo Serantes, representante do Grupo de Países Produtores do Sul (GPS), apresentou o novo Programa Argentino de Carbono Neutro, uma iniciativa ambiciosa do setor privado que busca colocar a Argentina um passo à frente em questões ambientais para mercados internacionais.

O objetivo do Programa Argentino de Carbono Neutro é neutralizar a pegada de carbono de alimentos, bebidas e bioenergias de exportação. Isso significa reduzir e compensar a quantidade de gases de efeito estufa emitidos durante o ciclo de vida desses produtos, desde sua produção até seu descarte.

Impulsionado pelas bolsas de cereais e de comércio do país, o programa inclui

um mapeamento ambiental da produção — ou seja, um cálculo da pegada de carbono de cada setor — e também uma autenticação do balanço de carbono dos produtos argentinos de exportação.

“Precisamos levar em conta esse novo paradigma produtivo, se quisermos vender mais. Os padrões públicos e privados repercutem no acesso a mercados, em nossa competitividade, em nossos custos de produção e na percepção de que os consumidores e as cadeias de comercialização têm de nós”, argumenta Sabine Papendieck, consultora em negócios internacionais.

Papendieck reconhece que, além de ganhar mercados, o programa pretende que a Argentina não perca os que já tem. “Dez anos atrás, era um plus, mas agora é para não perder mercados. Agora, os padrões ambientais são uma condição de acesso exigida pelos mercados europeus, mas que também começamos a ver em países como a China”, explica.

José Martins, presidente da Bolsa de Cereais de



## Programa Argentino de Carbono Neutro



O Programa Carbono Neutro da Argentina para a agricultura foi lançado em novembro  
Foto: Programa Argentina Carbono Neutro

Buenos Aires, concorda: “Não se trata de vender um valor adicional, mas de acompanhar as novas demandas mundiais de certificação ambiental.”

Embora a participação no programa seja voluntária, Martins está otimista em relação ao desafio produtivo que essa mudança acarreta. “Queremos alinhar toda a cadeia agroindustrial a todas as bolsas do país na busca de um objetivo comum: trabalhar no cuidado ao meio ambiente, um tema que nos preocupa muito”, assegurou Martins ao Diálogo Chino.

### **COMO SE PRODUZ UM ALIMENTO “CARBONO NEUTRO”**

Pode-se atingir a neutralidade de carbono

de três maneiras, segundo Ramiro Costa, subdiretor executivo da Bolsa de Cereais de Buenos Aires.

Os produtores podem gerar maior eficiência investindo em tecnologia limpa, implementando compensações diretas por suas emissões (por meio do plantio de árvores ou da mudança do uso do solo) ou comprando títulos que compensem o carbono emitido. Para Costa, trata-se de “uma oportunidade” para as empresas.

“Para nós, os benefícios são evidentes porque a demanda dos consumidores aponta nessa direção e, dessa maneira, ficamos mais bem posicionados no mercado. Além disso, essas medidas acarretam melhoras na eficiência do produtor e

aumentam seu acesso a mercados; vai ser mais fácil competir com outros países”, considera.

As empresas que decidam reduzir suas emissões podem ser incluídas nas listas de empresas verdes dos bancos de investimentos e de crédito, além de receber financiamento com taxas diferenciadas, argumenta Costa. “Assim, não se trata apenas de entrar num mercado internacional, mas também de eficiência produtiva e financeira.”

### **RESPOSTA A NOVOS CONSUMIDORES**

Os responsáveis pelo programa e os especialistas consultados concordam que essas mudanças produtivas são uma resposta às

novas demandas dos consumidores de produtos argentinos no exterior.

Em negócios com países da União Europeia, Estados Unidos ou China, os empresários devem levar em conta cada vez mais variáveis de responsabilidade ambiental em sua cadeia de produção, transporte, armazenamento, distribuição e destino final.

“Os consumidores da maioria dos países compradores estão cada vez mais preocupados com questões ambientais, e os pedidos de certificação ambiental vêm crescendo”, afirma Costa.

Miguel Ángel Cinquantini, coordenador do Programa da Pegada de Carbono Corporativa da Rede Argentina de Municípios frente às Mudanças Climáticas (RAMCC, na sigla em espanhol), concorda: “As mudanças climáticas estão muito presentes na mente dos consumidores porque se trata de um problema angustiante”, opina.

A China é um bom exemplo do surgimento de novos consumidores que valorizam o cuidado com o meio ambiente nos produtos que adquirem.

Assim explicou ao *Diálogo Chino* Ernesto Fernández Taboada, diretor executivo da Câmara de Produção, Indústria e Comércio Argentina-China: “Mais da metade da população chinesa já é urbana, a classe média

cresceu e tem um nível de vida melhor. Isso lhes permite experimentar novos produtos e ampliar sua dieta. Esses novos consumidores, em sua maioria jovens, têm uma preferência por produtos ecológicos.”

Para Fernández Taboada, o certificado de carbono neutro será uma nova realidade para muitos produtores no futuro próximo: “A evolução dos mercados internacionais, sobretudo o chinês, é vertiginosa. A Argentina está dando um passo à frente com um programa desse tipo”.

### **O SETOR PRIVADO FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Segundo o mais recente inventário de gases de efeito estufa, a agricultura e a pecuária (junto à silvicultura e outros usos da terra) são responsáveis por cerca de 40% das emissões poluentes da Argentina.

Uma redução nas emissões dessas atividades por meio das medidas propostas pelo programa ajudaria no cumprimento dos objetivos de mitigação de mudanças climáticas, aos quais a Argentina se comprometeu frente à ONU.

De qualquer maneira, os países compradores de alimentos e matérias primas buscam reduzir as “emissões importadas” geradas na produção desses produtos.

Foi isso que se expressou no recente *Relatório sobre*

*a Lacuna de Emissões* do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA): “...o fluxo líquido de carbono incorporado vai dos países em desenvolvimento para os desenvolvidos. Inclusive quando os países desenvolvidos reduzem suas emissões territoriais, a importação de carbono incorporado anula esse efeito...”

Para Cinquantini, da RAMCC, “com o Acordo de Paris de 2015, ficou claro que as medidas tomadas pelos governos nacionais e locais não são suficientes, e o setor privado precisa envolver-se de maneira contundente”.

Jorge Segura Mora, presidente da Planeta Carbono Neutro, empresa de consultoria que confere certificados ambientais a empresas na região, elogiou a iniciativa: “Em um mundo cada vez mais preocupado com o futuro do planeta, é de se esperar que este programa torne os produtos argentinos mais atrativos para os mercados internacionais”.

O governo federal argentino também celebrou o lançamento do programa. O secretário de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável, Carlos Gentile, afirmou: “Esse é o tipo de iniciativa que o setor privado tem que promover. É uma maneira de mostrar uma radiografia do setor em relação às emissões. Tem muito potencial e se adianta a eventuais medidas restritivas do comércio internacional”. 

# Falta transparência ao plano de rastreamento de gigante da soja chinesa

O compromisso da Cofco de proteger as vastas bacias hidrográficas do Cerrado do Brasil contra o desmatamento é bem-vindo, mas pareceu menos ousado quando o Diálogo Chino investigou

A gigante chinesa do agronegócio Cofco International lançou um plano em julho para monitorar todos os seus fornecedores diretos de soja no Brasil até 2023, um esforço que poderia ajudar a conter a devastação do Cerrado brasileiro. Mas falta transparência ao plano, dizem ambientalistas.

“A produção de soja pode caminhar lado a lado com a conservação das florestas e da vegetação nativa”, disse Wei Peng, chefe de sustentabilidade da empresa, ao anunciar o compromisso, acrescentando: “tornamos público nosso compromisso com a rastreabilidade porque estamos preparados e queremos ser responsabilizados por ele”.

Nas últimas semanas, o plano, que foi uma resposta a um empréstimo de 2,3 bilhões de dólares vinculado à sustentabilidade, ganhou fortes elogios no setor financeiro. Mas, questionada pelo Diálogo Chino, a Cofco não disse o quanto precisaria expandir a área atualmente monitorada para atingir seu objetivo e divulgou poucas informações sobre como planeja fazê-lo.



*A promessa da Cofco, a gigante chinesa do agronegócio, de monitorar todos os seus fornecedores diretos é bem-vinda, mas os críticos dizem que a empresa poderia fazer mais*

*Foto: Alamy*

“Ainda é preciso entender quais são esses instrumentos que eles adotam para fazer a verificação”, disse Lisandro Souza, coordenador do programa de Clima e Cadeias Agropecuárias do Imaflora. “E depois, qual é o grau de transparência dessa política”.

Em uma nota ao Diálogo Chino, a Cofco disse que divulgaria regularmente os resultados da política em seus relatórios anuais de sustentabilidade e por meio de outros “indicadores concretos”.

A omissão mais visível no plano diz respeito aos fornecedores indiretos da empresa. A Cofco não revelou a quantidade de soja brasileira que obtém deles. A empresa diz que 70% da soja que compra

do estado de Mato Grosso e da chamada região de Matopiba, que abrange os estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, vêm de fornecedores diretos, sugerindo que seu compromisso de 2023 tem uma margem significativa para melhorias.

Respondendo por escrito às perguntas do Diálogo Chino, a Cofco disse que está fazendo um esforço para o “engajamento com seus fornecedores indiretos”.

Todo o Matopiba e quase a metade do Mato Grosso se enquadram no bioma Cerrado, de onde a Cofco obtém quase um terço de toda a sua soja brasileira. Menos conhecida do que a floresta tropical amazônica

ao norte, a savana do Cerrado cobre mais de um quinto da área terrestre brasileira, mas desfruta de muito menos proteção ambiental. Com 2 milhões de quilômetros quadrados, o Cerrado é equivalente em tamanho à França, Alemanha, Espanha, Itália e Inglaterra juntas.

A preservação do Cerrado é essencial para a estabilidade da água no Brasil. Conhecido como o “berço das águas”, o bioma alimenta as cabeceiras de rios importantes, como o Araguaia e o São Francisco, e abastece oito das bacias hidrográficas brasileiras. Apenas 8% dos vastos campos parcialmente cobertos de árvores são atualmente terras protegidas.

Como a proteção da região amazônica subiu na agenda nos últimos 20 anos, o agronegócio se mudou para o bioma vizinho, o Cerrado. A produção de soja triplicou no bioma entre 2001 e 2019, e 51% da área de terra dedicada à soja no Brasil é encontrada lá.

## O PREÇO DA PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

Ao contrário do Cerrado, a Amazônia está atualmente protegida do avanço das plantações de soja, por conta da Moratória da Soja 2006, um acordo voluntário de desmatamento zero feito por grandes empresas alimentícias para proteger a floresta tropical.

“O sucesso da Moratória da Soja dependeu, em parte, do simples fato de que existia o Cerrado ao lado da Amazônia”, lembra Toby Gardner, pesquisador da Trase,

organização que monitora o desmatamento ligado às commodities.

Os produtores do Cerrado se opõem ao compromisso de conservação da Cofco, embora os detalhes do que a empresa vai de fato fazer permaneçam nebulosos.

“De imediato, especialmente na região do Cerrado do Matopiba, onde ainda é possível abrir novas áreas legalmente, podemos ter um impacto, caso ela comece a restringir a compra [de soja] desses produtores”, disse Fabrício da Rosa, diretor executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Soja, ao Canal Rural logo após o anúncio da chinesa.

O Cerrado abrange 13 estados, mas os quatro estados da sub-região do Matopiba representam a principal fronteira para a expansão da produção de soja. Atualmente, a soja cobre 8% do bioma.

## Recém-chegados e ambiciosos

A Cofco International é uma subsidiária da Cofco Corporation, uma gigantesca empresa estatal da China. A empresa matriz tem um faturamento anual de 70 bilhões de dólares. A Cofco International foi criada em 2014 para se tornar líder mundial no fornecimento de grãos. Com sede em Genebra, está em rápida expansão e pretende competir com líderes globais do agronegócio, como Bunge e Cargill.

Em menos de uma década, a Cofco International

estabeleceu operações em 35 países. Chegou ao Brasil em 2017 e rapidamente se tornou uma grande exportadora de soja brasileira, enviando, já no ano seguinte, a maior parte das 4,5 milhões de toneladas que movimentou para a China, onde o grão é consumido em forma de ração, por suínos.

A Cofco International diz que já monitora todos os seus fornecedores diretos dentro de 25 municípios prioritários no Cerrado. Entretanto, eles representam apenas 25% da soja que a empresa obtém do bioma e 7,2% do total proveniente de todo o país, segundo cálculos do Diálogo Chino baseados em dados da empresa.

O cálculo sugere que, para alcançar a rastreabilidade total dos fornecedores diretos até 2023, a empresa precisaria aumentar a área monitorada em quase 14 vezes.

Respondendo por escrito às perguntas sobre seu compromisso, a Cofco disse que os cálculos do Diálogo Chino estavam incorretos porque a empresa atualmente monitora mais do que os 25 municípios mencionados em seus relatórios de sustentabilidade — embora não tenha respondido quantos a mais.

A Cofco também prometeu rastrear 85% de seus fornecedores diretos no Matopiba — o coração da soja que o Greenpeace diz ter sido responsável por 62% da devastação no bioma Cerrado, — até 2021.

Paulo Adario, fundador da Campanha Amazônia do Greenpeace, acredita

que a empresa “perdeu a oportunidade” de se comprometer com um período mais curto, que terminasse em 2020.

### **Perguntas sobre fornecedores indiretos**

A Cofco não revelou quanto da soja que compra do Brasil seria rastreado por seu plano, prometendo apenas a rastreabilidade total dos fornecedores diretos. A empresa também se absteve de explicitar qual proporção provindas da sua produção total e das compras da região do Cerrado (ou no Brasil) é representada pelas suas metas para o Matopiba.

A empresa disse que utilizaria mapas de fazendas e imagens de satélite, bem como dados oficiais, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) de propriedades privadas, para monitorar os fornecedores, e que contrataria auditores externos para monitorar o processo.

Mas as explicações de como funcionará o cumprimento da meta permaneceram vagas. As informações estão dispersas em seu anúncio oficial, relatório ambiental e prestação de contas, a última em junho de 2020, ao Soft Commodities Forum — uma iniciativa do setor privado para frear a devastação do Cerrado. A empresa também não revelou detalhes da auditoria externa que realizou nos 25 municípios prioritários por ela citados.

### **PRESSÃO DOS BANCOS**

O plano é, pelo menos em parte, uma resposta a um empréstimo de 2,3 bilhões de dólares que a

Cofco International obteve de 21 bancos em 2019, diz a empresa. O empréstimo a juros baixos está ligado ao cumprimento de metas ambientais que priorizam o rastreamento do produto.

Em resposta ao crescente desmatamento no Brasil nos últimos dois anos, instituições financeiras como o banco HSBC e o Nordea, o braço de investimentos do maior grupo de serviços financeiros da Europa, estão colocando pressão no mercado de commodities.

“A Cofco diz que está preocupada com a questão ambiental”, diz Adario, do Greenpeace, “é uma preocupação que existe, e está ligada à defesa do mercado”.

A Cofco prometeu ainda que as fazendas fornecedoras estarão livres de trabalho forçado, fora de áreas de preservação ou embargadas e em conformidade com a Moratória da Soja, adotada pelo setor em 2006 tendo em vista frear a destruição da Amazônia.

### **TRANSPARÊNCIA ESSENCIAL**

A Moratória da Soja tem sido uma das principais ferramentas para reduzir o desmatamento na Amazônia (como mostraram estudos nas revistas PLOS ONE e PNAS) e foi eficaz até 2018, embora tenha sido recentemente criticada pela Ministra da Agricultura brasileira, Tereza Cristina.

Mesmo quando os índices de desmatamento na Amazônia começaram a aumentar

novamente em 2019, a soja não foi a culpada. Um relatório do Grupo de Trabalho da Soja (composto por produtores, organizações ambientais e o governo brasileiro) constatou que apenas 1,8% da safra de soja amazônica de 2018/2019 violava a moratória.

O grupo da soja não detalha, no entanto, o desempenho de cada empresa. Essa informação é mais transparente, por exemplo, no TAC da Carne, iniciativa semelhante coordenada pelo Ministério Público Federal do Pará para frear o desmatamento impulsionado pela pecuária.

# 1,8%

da safra de soja da Amazônia do ano passado violou a Moratória da Soja

Souza, do Imaflora, diz que a transparência é essencial para permitir a participação de grupos da sociedade civil que exigem sistemas de verificação eficazes.

### **CUSTO HUMANO**

Embora o crescimento do agronegócio tenha impulsionado o PIB nos municípios da região do Matopiba, ele não avançou o desenvolvimento social da região.

Apenas 45 das 337 cidades da região possuem índices de bem-estar acima das médias de seus estados, de acordo

com um estudo conduzido pela Universidade Federal do ABC, com sede em São Paulo. Na maioria dos casos, os indicadores de bem-estar nas regiões de cultivo de soja são piores do que em qualquer outro lugar.

O cultivo da soja na região do Matopiba é responsável pela degradação de nascentes e leitos de rios, e o uso generalizado de produtos agroquímicos tem tido impactos adversos à saúde, segundo revelou um relatório de 2018 produzido por organizações sociais.

Altamiran Ribeiro, da Comissão Pastoral da Terra, mora numa comunidade de agricultores próxima ao município de Bom Jesus, no sul do Piauí. Eles se estabeleceram, como a maioria dos que dependem daquela terra para a subsistência, nas áreas baixas do Cerrado, por onde correm os rios. Enquanto isto, a agricultura vai tomando os platôs, onde o terreno é plano.

O problema é que o avanço da monocultura da soja impacta os cursos d'água que suprem povos como o de Ribeiro: "O desmatamento traz primeiro é o secamento das águas."

Depois, continua o líder local, vem o efeito dos agrotóxicos nas lavouras. "Muitas comunidades ficam na linha do vento, e aí vem o vento e traz eles", descreve Ribeiro. "Quando é cinco da tarde, fica a nuvem parecendo névoa, mas é só veneno."

Ribeiro reclama também que a monocultura avança sem dialogar com as

comunidades. "A gente às vezes sabe quem são os projeteiros [fazendeiros]. Agora, os compradores, de quem é a soja, para onde ela vai, onde ela percorre, isso a gente não sabe", acrescenta.

Sobre os impactos socioambientais da soja, a Cofco International disse que investe na educação e no desenvolvimento das comunidades próximas às suas operações.

## **POLÍTICA SOLITÁRIA**

Enquanto a Moratória da Soja cobriu todo o setor, a Cofco International definiu uma política isolada, sem articulação clara com outras traders para o Cerrado.

"A postura da Cofco é interessante porque é diferente das outros traders, que saíram se comprometendo com coisas ambiciosas", comenta Toby Gardner, da Trase. "Ela ficou quieta e avaliou com muito mais detalhes a situação para dimensionar o nível do desafio. Em cima disso, eles estão fazendo seus compromissos mais concretos."

Ainda que a Cofco International só responda por parte do problema, sua política pesa contra o desmatamento, segundo Paula Bernasconi, coordenadora do Instituto Centro de Vida.

Além de promover a competitividade e pressionar o setor a subir a régua, diz Bernasconi, a iniciativa mostra ser possível "fazer uma política restritiva contra o desmatamento". Ela pondera, entretanto, que acordos com

todo o setor são fundamentais para se evitar que produtores com pendências ambientais vendam soja a compradores menos exigentes.

Já a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais é contrária a um acordo setorial — a exemplo da Moratória da Soja — para o Cerrado.

No passado, grandes empresas ficaram marcadas por se esquivarem de suas promessas. Várias, incluindo a Cargill, adotaram promessas de deter o desmatamento e promover a rastreabilidade dos produtos, assinando a *Declaração de Nova York sobre Florestas* de 2014, apoiada pelo PNUD. Embora o Brasil não fosse signatário, a Cargill assinou o documento. Mas a empresa logo se esquivou de seu compromisso de 2015, de monitorar todas as compras de soja brasileira até 2020. Adiou a meta para 2030.

A Trase classifica a Cofco International em sétimo lugar entre as 30 empresas mais expostas ao risco de obter soja de áreas ilegalmente desmatadas.

Além da soja, a empresa também comercializa café, açúcar e algodão no Brasil. Para manter este mercado, 70% de seus 11 mil funcionários estão no Brasil.

O foco estratégico da Cofco International no Brasil traz riscos e benefícios. Sua crescente presença aumenta o risco de impactos ambientais, se seus avanços não forem controlados; ao mesmo tempo, isso a torna mais suscetível às pressões daqueles que advogam por mudanças. 



## Diálogo Chino

*O Diálogo Chino* é o único site de jornalismo independente dedicado a destrinchar as relações China-América Latina e seus desafios para o desenvolvimento sustentável.

---

**Escritório em Londres: China Dialogue Trust, 15 Printing House Yard,  
Perseverance Works, Londres, E2 7PR  
Reino Unido**

**Contato: [informacion@dialogochino.net](mailto:informacion@dialogochino.net)**

**[@dialogochinoPT](https://twitter.com/dialogochinoPT) [@dialogochino](https://facebook.com/dialogochino)**

